



# Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1989.

ANO XV

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1989

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, Secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (48). Achando-se ausente os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Namir Piacentini, Nilton Barbosa, Quielse Crisóstomo e Renato Adur (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM Nº 88/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Termo de Cooperação Técnica n. 006/89, cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 10 de outubro próximo passado, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Ponta Grossa, objetivando o transporte dos alunos de grupos Escolares da Cidade para a Escola de Trânsito do DER/PR, e vice-versa, em cumprimento dos termos do Projeto Prática Educacional de Trânsito, que visa a educação e conhecimentos preventivos de acidentes aos alunos das escolas do Município.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 89/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante mencionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural.

Município	N. e data do Convênio
Abatiá	006/89 - 13.09.89
Cambira	008/89 - 14.09.89
São José dos Pinhais	015/89 - 14.09.89
Umuarama	018/89 - 14.09.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 91/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados por motivo de urgência, em 18 de outubro próximo passado, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização de projetos e publicações conforme especificam.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 92/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios adiante mencionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural:

Município	N. e data do Convênio
Jataizinho	010/89 - 14.09.89
Paraíso do Norte	013/89 - 14.09.89
Ribeirão do Pinhal	014/89 - 14.09.89
Alto Piquiri	019/89 - 18.09.89
Arapongas	020/89 - 18.09.89
Congonhinhas	028/89 - 18.09.89
Cruzeiro do Oeste	030/89 - 18.09.89
Icaraíma	034/89 - 18.09.89
Iporã	035/89 - 18.09.89
Jaguapitã	039/89 - 19.09.89
Lupionópolis	044/89 - 19.09.89
Maria Helena	049/89 - 19.09.89
Pérola	058/89 - 20.09.89
Rolândia	061/89 - 20.09.89
Mandirituba	079/89 - 02.10.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 93/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor correspondente a 02 (dois) salários-mínimos a Alaíde Maria Brígido, Wilobaldo Gomes da Silva Neto, com sete anos de idade e César Augusto Gomes da Silva, com dois anos, companheira e filhos do ex-Agente de Reclusão Adalberto Gomes da Silva.

O plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é, sob todos os aspectos, indiscutivelmente justo e oportuno, eis que virá ensejar condições mínimas de sobrevivência à família do ex-servidor Adalberto Gomes da Silva, tragicamente morto em 14 do corrente mês, durante o triste e lamentável episódio ocorrido quando do motim de presos da Penitenciária Central do Estado, no Município de Piraquara.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedida uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários-mínimos a Alaíde Maria Brígido, Wilobaldo Gomes da Silva Neto e Cesar Augusto Gomes da Silva, companheira e filhos menores do ex-Agente de Reclusão Adalberto Gomes da Silva.

Parágrafo Único - A pensão de que trata este artigo será paga em partes iguais aos beneficiários, deixando de ser devida à companheira caso venha a possuir rendimentos próprios ou contrair matrimônio e aos filhos quando atingirem a maioridade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 14 de novembro de

1989.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/ 231, 232, 233 e 234/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs 140/89, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina Prefeito Ivo Feiten, a PR-562, ligando os Municípios de São João e Coronel Vivida, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.133. **Anote-se. Arquite-se.**

109/89 - De autoria do Deputado João Arruda, que denomina Deputado Arnaldo Busato, a Rodovia PR-281, de Mangueirinha até o seu entroncamento com a estrada federal BR-163, no Município de Planalto, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.134. **Anote-se. Arquite-se.**

183/89 - De autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe que a Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, passa a denominar-se "Fundação Faculdade de Artes do Paraná", o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.135. **Anote-se. Arquite-se.**

288/88 - De autoria do Deputado Antônio Bárbara, que denomina Rodovia Prefeito Irineu Aparecido Savoldi, a Rodovia PR-552, que liga os Municípios de Mandaguá, passando por Ourizona, até o Município de São Jorge do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.136. **Anote-se. Arquite-se.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N.º 2593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 296/89, que denomina de Centro de Artes Industriais Professora Jalile Bichara Machado o Centro de Artes Industriais Cajuru pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, desta Capital.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

##### REQUERIMENTO N.º 2598

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 323/89, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos Municípios e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

##### REQUERIMENTO N.º 2599

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 322/89, que institui as Regiões Metropolitanas de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

##### REQUERIMENTO N.º 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.º 331/89, haja vista que se trata de medida de grande interesse do Município de Paranavaí em função de melhores condições de atendimento da Santa Casa daquele município.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

##### REQUERIMENTO N.º 2633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 343/89, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar os limites para abertura de créditos suplementares fixados na Lei n.º 8.905/88, e ampliados pela Lei n.º 9.059/89.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

##### REQUERIMENTO N.º 2634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 332/89, de minha autoria, que visa conceder à Senhora Maria de Lourdes Schiavon Predoni, viúva do Ex-Prefeito do Município de Florai, uma pensão mensal no valor de 2 salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

##### REQUERIMENTO N.º 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de:

quele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Saporitti, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2644

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado à família enlutada e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Francisco Manassés de Albuquerque.

Homem que dedicou parte de sua vida às ciências jurídicas, o Doutor Francisco Manassés de Albuquerque foi advogado-assessor do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS, no Paraná e um dos mais requisitados professores da Pontifícia Universidade Católica - PUC/Pr.

Havendo nos deixado em circunstâncias tristes, o desaparecimento da figura do Doutor Francisco Manassés de Albuquerque, jamais significará o desaparecimento das suas idéias, das suas reflexões, do seu exemplo de vida, como homem sério, trabalhador e dedicado. Sobretudo, dedicado ao trabalho, do que fez, a razão da sua vida. Não se limitava ao entendimento fácil das coisas mas, ir às razões de cada fato, até as suas íntimas implicações, a fim de dissecando-o, depreender suas brilhantes conclusões.

Registrar, com pesar o falecimento do Doutor Francisco Manassés de Albuquerque, nesta Casa, requer o registro da lacuna que se abre, na sociedade paranaense, pelo arrebatamento dessa figura tão querida.

Receba a família enlutada, os sinceros e profundos votos de pesar, desta Casa Legislativa, por ocasião do descanso do patriarca e amigo.

(End: Rua Teodorico Bittencourt, 274 - Curitiba - Pr).

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NELA MENGHINI CHEDE, ocorrido nesta Capital em 22.11.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 81 anos, faleceu nesta Capital a Senhora Nela Menghini Chede.

A extinta era viúva do Senhor João Chede, ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Estadual Constituinte do Paraná de 1947, e deixa o filho Jonel e netos.

O passamento da Senhora Nela Menghini Chede, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Nela.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Chede, endereçando a ela, voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Nela Menghini Chede, ocorrido no dia 22 de novembro do corrente ano, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Praça General Osório - 63, Apartamento 1001, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoio: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de novembro de 1989, faleceu a Senhora Nela Menghini Chede, genitora do Senhor Jonel Chede, e seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família amiga, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória pela passagem de seus 25 anos de emancipação política e administrativa, no próximo dia 08 de dezembro.

Resolução n° 068/89, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a criação do Município de Santa Maria do Oeste;

Resolução n° 070/89, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a criação do Município de Virmond;

Lei n° 343/89, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, conforme específica;

Todos constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 317, 318, 319 e 320/89 e, para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2658

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 42/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ângulo.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N° 2668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 305/89, constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da sessão do dia 29 do corrente mês, do Projeto de Resolução n° 069/89, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de

área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os Projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, após o processo de votação em 2ª Discussão, do Projeto de Lei n° 298/89.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Amilcar de Araújo Saporitti, ocorrido em data de 22.11.89, na cidade de Palmas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 78 anos faleceu em data de ontem, (22.11.89.), em Palmas, o Senhor Amilcar de Araújo Saporitti.

O extinto era membro de tradicional família palmense.

O passamento do Senhor Amilcar de Araújo Saporitti, ex-Prefeito de Palmas, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Amilcar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança da-

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Vicente Luiz Schaitz, ao Vice-prefeito, Senhor Vito Luiz Zamboni bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná cumprimentem a laboriosa população portovitorienne.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

O próximo dia 08 de dezembro, marcará a passagem do Jubileu de Prata do Município de Porto Vitória.

Porto Vitória foi, pela Lei n. 4788, de 29 novembro de 1963, desmembrado do Município de União da Vitória.

Tendo sido realizada no dia 06 de dezembro de 1964, a sua primeira eleição para Prefeitura, Vice-Prefeito e Vereadores que foram empossados no dia 08.12.64, permanecendo até 31.01.69. Portanto, o 1º Prefeito foi o Senhor Rodolfo Neumann Filho e Vice-Prefeito o Senhor Nestor Brando dos Reis, os quais com muito trabalho e dando melhor de seus esforços conseguiram dar início ao progresso e desenvolvimento de Porto Vitória.

Aos 31 de janeiro de 1969 foram empossados: o Senhor Nestor Brando dos Reis como Prefeito Municipal dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Sr. Rodolfo Neumann Filho; e Vice-Prefeito, o Senhor Bertoldo Vier. Seguindo os demais Prefeitos e Vice eleitos: Senhor Plutarcho Augustus Fabrício Vieira e Norival Moser; Norival Moser e Helmuth Rhinow; Otávio José Scheid e Sigfried Ernesto Kroetz sendo atualmente o dirigente dos destinos da acolhedora Porto Vitória, o atuante Prefeito - Vicente Luiz Schaitz e seu Vice Sr. Vito Luiz Zamboni.

A história de Porto Vitória é uma história de trabalho. Pois, neste ano de 1989 já está comemorando o seu Jubileu de Prata de emancipação política. Foi pela navegação a vapor, através do Rio Iguaçu, que se promoveu o surto de progresso e permitiu-se a circulação de riquezas da região.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passamos para uma Porto Vitória da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização, do comércio forte e estável.

A comemoração dos 25 anos de emancipação política de Porto Vitória é um avanço que marca além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo ao longo da história.

**REQUERIMENTO N° 2604**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário,

rio, o envio de voto de congratulações ao Dr. Carlos Ferreira de Almeida, Digníssimo Diretor presidente do BANESTADO, pelas comemorações do 300º município paranaense beneficiado pelo Projeto Galha Azul.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto Galha Azul sem sombra de dúvida tem se constituído em grande instrumento de desenvolvimento e atendimento das políticas sociais do Governo do Estado do Paraná, notadamente pela forma democrática e participativa com que são estabelecidas as prioridades para a aplicação dos recursos com o envolvimento da comunidade na definição da aplicação dos recursos, razão pela qual a marca alcançada por si só espelha o êxito do projeto, que merece de nossa parte e desta Casa o reconhecimento ora pleiteado.

**REQUERIMENTO N° 2605**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, voto de congratulações ao dr. Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, pela comemoração do 300º município beneficiado pelo Projeto Galha Azul.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

**JUSTIFICATIVA:**

A marca alcançada demonstra, por si só, o êxito do projeto que dispensa comentários. Contudo, queremos registrar que acreditamos que o sucesso obtido deva-se, provavelmente à forma democrática e participativa com que o projeto é executado, com a participação efetiva da comunidade na definição das prioridades a serem atendidas, fato este que nos leva a pleitear este reconhecimento por parte desta Casa.

**REQUERIMENTO N° 2610**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos de hoje do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Sindicato do Comércio atacadista de Madeiras do Paraná, pela eleição da sua nova diretoria e comemoração do seu cinquentenário de fundação.

Em pleito realizado recentemente, os filiados ao Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná elegeram a nova diretoria, conselho fiscal e suplentes, encarregados de gerir a política de atuação da entidade no biênio 89/91.

A Diretoria do Sindicato ficou assim composta:

Presidente: Miguel Zattar

Vice: Luiz Carlos Pizani

1º Secretário: Odair Ceschin

2º Secretário: Thales Zugman

1º Tesoureiro: Angelo José Dal Pai

2º Tesoureiro: Etelvino Angelo Veraschin.

O Conselho Fiscal tem os seguintes membros efetivos: Altavir Zaniolo, Antonio Roque Tomasi e Ênio Gentil e, como suplentes, Manuel Jorge da Silva Júnior, Carlos Stumpf e Adilson Francisco Cherubini.

Suplentes: da Diretoria: Ricardo Müller,

Ricardo Slaviero,

Carlos Fernandes Luiz,

Eduardo Franco Deboni,

Renato Gomes Napoli,

Antonio Carlos Granzotto

Jorge Luiz Andreazza.

A eleição desses nomes para a direção do sindicato do Comércio atacadista de Madeiras do Paraná, no momento em que ele comemora seus cinquenta anos de existência, marca a importância da escolha de homens capazes, dinâmicos e competentes para o sucesso de uma entidade.

Que a gestão ora iniciada seja profícu e pródiga em realizações e conquistas para a categoria dos atacadistas de madeira do Paraná.

Que do teor do presente, dê-se ciência a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Sindicato das Indústrias de Madeiras Laminadas e Compensadas, no Estado do Paraná, pela eleição da nova diretoria.

Recentemente, os filiados ao Sindicato das Indústrias de Madeiras Laminadas e Compensadas, no Estado do Paraná, reunidos em Assembléia, escolheram os nomes dos novos dirigentes da entidade para o biênio 89/91.

A diretoria está, agora, assim, composta:

Presidente: Altavir Zaniolo

Vice: Manuel Jorge da Silva Júnior

Secretário Geral: Etelvino Angelo Varraschin

1º Secretário: Douglas Antonio G. de Souza;

2º Secretário: Guido Schiller,

1º Tesoureiro: Astor Weiss e

2º Tesoureiro: Waldemar Ens.

São suplentes da diretoria: Gilson Berneck, Ricardo Müller, Renato Gomes Na-

poli, Jacob Abrahams, Luiz Carlos Pizani, Pedro Paulo da Silva e Nudier Benedicto Ribas.

Para o Conselho Fiscal foram escolhidos, como efetivos: Saul Chuny Zugman, Miguel Zattar e Antonio Roque Thomasi e, como suplentes: Carlos Fernandes Luiz, Hermes Schultz e Hans Braun.

A diretoria eleita é motivo de cumprimentos por parte deste Poder Legislativo, à medida em que reconhecemos, dentre ela, nomes de destaque no setor madeireiro do nosso Estado, pessoas que, com seus esforços e esperanças transformadas em investimento, contribuíram para o crescimento do nosso Paraná.

Recebam os eleitos os sinceros cumprimentos desta Casa, bem como nossos sinceros votos de êxito, realizações e conquistas para essa merecedora classe.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos diretores eleitos.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2612

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à INGRA- Indústria Gráfica Ltda, pela passagem dos seus 30 anos de fundação.

No último dia 10, a Ingra comemorou seus 30 anos de fundação com uma série de atividades que contaram com a participação de diretores, funcionários, empresários e lideranças política de Curitiba e da Região Metropolitana.

Foi, sem dúvida, um grande acontecimento do setor empresarial campo-larguense que veio, consolidar ainda mais a tradição daquele povo e acima de tudo, o espírito empreendedor de seus fundadores e integrantes da família Hoff.

Mesmo diante das dificuldades da época, no final da década de 50, nascia a Ingra Indústria Gráfica, num prédio de apenas 50 metros quadrados. Hoje, graças ao empenho e a capacidade de seus fundadores e, sobretudo, da equipe de funcionários, a Ingra possui um dos maiores parques gráficos do Estado e atende clientes em todo o país, com excelente padrão de qualidade.

Desde a idéia pioneira de fundar-se a Ingra até o lugar de destaque que ocupa hoje, na vida do nosso Estado, passando pelos constantes investimentos na produção, os fundadores da Ingra demonstraram a sua confiança num Paraná promissor e futuro.

Necessário destacar, ainda, o envolvimento da Ingra com seus funcionários, garantindo-lhes condições justas e dignas de



trabalho, apesar de outras empresas apostarem na exploração da mão-de-obra.

Na receita de sucesso da Ingra, acrescentados foram ingredientes da mais alta importância, como o dinamismo, a seriedade, a confiança, o empenho, a capacidade administrativa e, sobretudo, muito trabalho, projetando-se, em três décadas, como uma das principais empresas do ramo gráfico do Estado do Paraná.

Compartilhar do sucesso da Ingra é destacar, também, a alternativa por ela escolhida, de investir-se no Paraná, revertendo seu crescimento em empregos para o povo de Campo Largo e desenvolvimento constante daquela comunidade.

Ao prestar esta homenagem à Ingra, o Poder Legislativo quer prestar seus cumprimentos à esse mutirão de pessoas, anônimas ou conhecidas que, diariamente, trabalhando na Ingra, fazem acontecer um pouco da história do Paraná.

Exemplo da necessidade do empenho, da seriedade e trabalho para o crescimento, a Ingra, é, hoje, um patrimônio do nosso Estado, além, é claro, de um orgulho.

Orgulho porque, nascida em terra paranaense, da idéia de Renato Hoft, aqui cresceu, com o trabalho dos paranaenses, projetando-se para todo o Brasil, como uma iniciativa paranaense que deu certo.

Parabéns Campo Largo.

Parabéns Ingra, pelos 30 anos conquistados no dia-a-dia, a baixo do sol e da chuva, do calor e do frio, do suor de cada trabalhador, da fé do seu idealizador.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela passagem do 81° aniversário da criação da Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira, comemorado em 5 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Lauro Grein Filho, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Paraná, à Av. Vicente Machado, 1310, 80.420, Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Tudo começou no dia 24.06.1859, quando o cidadão suíço Henry Dunant, movido pelo mais profundo sentimento de solidariedade, dirigiu-se ao campo de batalha onde momentos antes vira travar-se uma das mais sangrentas batalhas entre o exército franco-italiano, comandado por Napoleão III e o exército austríaco, quando estes dominavam a Itália. Naquele ambiente de violência,

Curitiba, segunda, em 27.11.89

nasceu um impulso de amor e solidariedade que passados 130 anos continua sendo a razão de existir da Cruz Vermelha.

No Brasil, a Cruz Vermelha foi instalada em 05.12.1908, no Rio de Janeiro. Cabe-nos ressaltar os relevantes serviços que esta entidade de âmbito internacional vem prestando ao longo destes anos. A ela, a nossa admiração e a nossa homenagem.

#### REQUERIMENTO N° 2640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do Dia da Homeopatia.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Luiz Gilson Esper, Médico Veterinário Homeopata, através de correspondência encaminhada à Clínica Daktari, Rua Santos Dumont, 1637, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, o ofício endereçado pela Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 2681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial para que, em conjunto com a UPI, participe de reunião a realizar-se em Florianópolis para tratar sobre o BRDE.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 2680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que as emendas ao Projeto de Lei n° 317/89, de minha autoria, sejam transformadas em sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO N° 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Comissão Geral de Plenário, para apreciar, em regi-



me de urgência, na sessão de 08.11.89, o projeto de lei que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "Post-Mortem", ao Sr. Abilon de Souza Naves, de autoria do Deputado Antônio Annibelli.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja prorrogado o prazo por mais dois (02) dias, para entrega de EMENDAS ao Projeto de Lei n° 257/89, que trata do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1990.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 2621

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a prorrogação do prazo de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar possíveis irregularidades ocorridas no Serviço Único de Saúde - SUDS, até o próximo dia 15 de dezembro, com o fim de permitir a conclusão da auditoria que vem sendo realizada pelo Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

#### REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, cópia das notas taquigráficas referentes aos pronunciamentos feitos nas Sessões Ordinárias dos dias 21 e 22 do corrente, pelo Deputado Rafael Greca e pelo Deputado requerente.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

#### REQUERIMENTO N° 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja anexado ao Projeto de Lei n° 161/89, o Projeto de Lei n° 259/89, haja vista que ambos pretendem declarar de Utilidade Pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, e são de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO N° 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a prorrogação do prazo da CPI da Saúde, até 15 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 2662

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de AMPÈRE, dia 28 de novembro, requerendo-se mais, que do ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Ao completar 28 anos de sua emancipação política e administrativa, o Município de Ampère oferece uma prova cabal e insofismável da razão dos pioneiros que lutaram por sua autonomia. Ampère participa, nos dias atuais, com destaque, da economia do Sudoeste paranaense e de todo o Estado, produzindo na agricultura e na pecuária para colocar-se em posição privilegiada na região. Merece o município essa homenagem para a qual rogamos o apoio de todos os Pares do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 2663

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Dois Vizinhos, dia 28 de novembro, requerendo-se mais, que do ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, desmembrado há 28 anos do Município de Pato Branco, foi edificado, semente a semente, colheita a colheita, suor a suor, pelos que trabalharam por sua emancipação política, provando o imenso potencial da área.

Com pouco menos de trinta anos de vida autônoma e emancipada, o Município conquistou a privilegiada posição de terceiro do Sudoeste paranaense, em arrecadação de ICMS, na produção, na população e no número de eleitores, posição pois que garante sua participação na vida econômica e política do Sudoeste do Estado, em igualdade

de condições e de representatividade com as cidades-pólo daquela microrregião.

Parabenizamos o povo de Dois Vizinhos pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação, homenagem à qual associamos os demais Membros da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2664

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de RENASCENÇA, dia 29 de novembro, requerendo-se mais, que do ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A emancipação de Renascença ocorreu numa época em que a Administração Estadual sentia a necessidade da descentralização administrativa dos municípios, asseverados de obrigações e despesas devido às suas grandes áreas territoriais.

Possuidor de terras de alta produtividade e com boas águas, o município vem ganhando expressão na agricultura, especialmente pela notável produção de soja. Com muita luta, Renascença conseguiu, através dos seus 28 anos de emancipação, conquistar sua sonhada autonomia, pelo que conquistou o direito à homenagem ora proposta, a qual associamos o Egrégio Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2665

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Santa Izabel do Oeste, dia 29 de novembro, requerendo-se mais, que do ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Santa Izabel do Oeste conquistou posição de proa na extensa área de terras banhadas pelo Rio Iguaçu. De terras fértilíssimas, sedimentou sua economia com agricultura bem planejada e pecuária de tão boa produtividade quanto a melhor do Sudoeste.

Pela efetiva participação na economia do Sudoeste paranaense, seu povo ganhou o justo direito de participar, igualmente, na vida política regional, gozando de elevado conceito nas grandes decisões regio-

nais.

Da homenagem ora proposta para Santa Izabel do Ivaí, rogamos o apoio e a participação dos ilustres membros do Legislativo Paranaense.

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado cumprimentos à Presidência do Banco Bamerindus S/A, pela inauguração do posto de serviço na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Presidente do Banco Bamerindus S/A.

Dr. José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Abílio Wolf, Diretor da CELEPAR - Cia. de Processamento de Dados do Paraná, pela comemoração do 25° aniversário dessa importante instituição, no dia 24 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 2642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, enviando cumprimentos pela passagem do 35° aniversário do Município de Engenheiro Beltrão:

1. Sidnei Polato, Prefeito Municipal;
2. Almerinda Serafim Borges, Vereadora.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 2643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, cumprimentando-os pela passagem do 26° aniversário do Município de Nova Cantu, no dia 26 de novembro do corrente ano:

1. Flávio Mariot, Prefeito Municipal;
2. José da Rocha Pita, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 2666

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao BANESTADO S/A, pelo transcurso dos 61 anos de sua fundação.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Durante esses 61 anos de sua existência, o hoje Conglomerado BANESTADO S/A, que iniciou suas atividades como o modesto órgão financeiro do Estado, denominado Banco do Estado do Paraná S/A, transformou-se num dos principais bancos estatais do Brasil.

Sua importância de sempre - especialmente a atual - para o Paraná, pode e deve ser medida por sua extraordinária participação na vida administrativa do Estado, assim como na simpática acolhida que tem merecido irrestritamente, da sociedade paranaense. O acerto de suas Administrações e a sua política expansionista, tem sido alvo de justificado interesse, não só fora do Estado, como fora do País, fazendo por merecer sua Diretoria e toda a extensa equipe de colaboradores, de funcionários e acionistas, a homenagem à qual nos associamos nesta data.

#### REQUERIMENTO N° 2660

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, todos no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Fernandes Dias, ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, jornalista Fábio Campana, ao Excelentíssimo Sr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Diretor Presidente do BANESTADO e ao jornalista Dorival Vianna, Diretor da Área de Comunicação e Marketing do Conglomerado Banco do Estado do Paraná, pela conquista do Top de Marketing ADVB - Paraná 1989.

Requerem, outrossim, seja dada ciência da decisão aos homenageados.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,

CÂNDIDO BASTOS, JOSÉ FELINTO,

LAURO LOBO ALCANTARA,

PIRAJÁ FERREIRA, WERNER WANDERER,

ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA,

JOSÉ AFONSO JÚNIOR, ANTÔNIO BÁRBARA,

RENATO ADUR, LUCIANO PIZZATTO e

ARTAGÃO MATTOS LEAO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Dorival Vianna revolucionou toda área de Comunicação e Marketing do BANESTADO. A colheita do seu trabalho está rendendo bons frutos. O conglomerado Banco do Estado do Paraná ganha, em todo o Brasil,

expressivos prêmios por suas campanhas publicitárias.

Agora chegou a vez da Associação dos Dirigentes de vendas do Brasil, regional do Paraná, reconhecer o competente trabalho publicitário do Banco Oficial do Estado, conferindo o Top de Marketing 1989, honraria expressiva e nacionalmente reconhecida por todos.

O BANESTADO adquire, assim, dia a dia, o respeito e a confiança dos paranaenses, graças à sua maneira séria e eficaz de comunicar-se com o público.

Está de parabéns, portanto, não apenas a área de Comunicação Social do Governo e o Banco do Estado do Paraná, mas principalmente o Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, pelo mérito de cercar-se de homens competentes, aptos para suas funções e que pensam no Paraná como a terra da justiça.

São pessoas que fazem de todo o nosso território, a extensão dos seus lares. E esta é, sem dúvida, a razão do sucesso da atual administração.

#### REQUERIMENTO N° 2639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações, pelo transcurso da magna data de 08 de dezembro, em que se comemora o Dia do Cronista Esportivo.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

LOMBARDI JÚNIOR

Pres. da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná

Rádio Clube Paranaense, Rua Dr. Muricy, 926, Curitiba-PR.

LUIZ AUGUSTO XAVIER

Rádio Cidade - Canal 6 - Rua Francisco Caron, 29 - Pilarzinho Curitiba - PR.

FERNANDO CÉSAR

Rádio Independência

Rua Amauri Langue Silvéro, 66 - Pilarzinho Curitiba - PR.

CAPITÃO HIDALGO

Rádio Atalaia

Praça das Nações, 44 - Curitiba - PR.

JOSIAS IACOUR

Rádio Cidade

Av. Mal. Humberto Castelo Branco, 69 - Curitiba - PR.

GILBERTO FONTOURA

TV Paranaense - Canal 12

Av. Batel, 1323 - Curitiba - PR.

SÉRGIO BRANDÃO  
TV Iguaçu. Canal 4  
Rua João Tscharnnel, 800 Curitiba -  
PR.

RAUL MAZZA DO NASCIMENTO  
Rádio Clube Paranaense  
Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

AUGUSTO MAFUZ  
Rádio Cidade  
Av. Mal. Humberto Castelo Branco, 69  
CURITIBA - PR.

SIDNEY CAMPOS  
Rádio Paraná  
Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

PAULO MOSEMANN  
Rádio Cidade  
Av. Mal. Humberto Castelo Branco, 69  
CURITIBA - PR.

SÔNIA NASSAR  
Tribuna do Paraná  
Rua João Tscharnnel, 800 CURITIBA -  
PR.

BORIS MUSIALOWSKI  
TV Curitiba - Canal 2  
Rua Francisco Caron, 29 CURITIBA - PR.

ALAOR RIBEIRO  
Gazeta do Povo  
Praça Carlos Gomes, 4 CURITIBA - PR.

CARNEIRO NETO  
Rádio Cidade  
Av. Mal. Humberto Castelo Branco, 69 -  
CURITIBA - PR.

JOI SILVA  
Rádio Independência  
Rua Amauri Langue Silvério, 606 Pilar-  
zinho CURITIBA - PR.

VINÍCIUS COELHO  
Correio de Notícias  
Rua Benjamin Constant, 56 CURITIBA -  
PR.

CARLOS KLEINA  
Rádio Clube Paranaense  
Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

JOEL KHAHA  
Rádio Atalaia  
Praça das Nações, 44 CURITIBA - PR

EDUVALDO BRASIL  
Rádio Clube Paranaense  
Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

JOSE ARESTA  
Rádio Clube Paranaense

Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

FLÁVIO ROCHA  
Rádio Atalaia  
Praça das Nações, 44 CURITIBA - PR.

AMAURI CÉSAR  
Rádio Independência  
Rua Amauri Langue Silvério, 606 Pilar-  
zinho CURITIBA - PR.

IRAPITÁ COSTA  
Rádio Independência  
Rua Amauri Langue Silvério, 606 Pilar-  
zinho CURITIBA - PR.

EDGARD FELIPE  
Rádio Clube Paranaense  
Rua Dr. Muricy, 926 CURITIBA - PR.

TONINHO MARONEZE  
Rádio Ubá  
Rua Felicita Rother, 250 IVAIPORA -  
PR.

ADILSON ARANTES  
Rádio Atalaia  
Praça das Nações, 44 CURITIBA - PR.  
Sala das Sessões, em 27.11.89.  
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2645  
Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante  
subscrito, REQUER, na forma regimental,  
após ouvido o douto Plenário, sejam formu-  
lados e inseridos na Ata dos trabalhos  
deste Poder, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à  
UNIAO CÍVICA FEMININA pela realização do  
12° Concurso Paranaense de Bandas e Fan-  
farras.

O evento realizado há 12 anos pela  
União Cívica Feminina, neste ano, ocorreu  
entre os dias 04 e 05 próximo passado,  
com a participação de inúmeras bandas,  
dos diversos pontos do Estado, concorrendo  
nas três modalidades do concurso: Bandas  
Marciais, Bandas Musicais e Fanfarras.

Dentre todos os premiados, o maior  
foi, sem dúvida, o Paraná, que através  
dessa realização, vê um incentivo claro à  
moral, ao civismo, ao patriotismo.

A demonstração de galhardia, brilhan-  
tismo e preparo dada por todos os partici-  
pantes do concurso contagiou aos presentes  
ao concurso e as premiações oferecidas  
proporcionaram um estímulo ainda maior pa-  
ra que estes paranaenses prossigam ofere-  
cendo espetáculos como os apresentados nos  
dias 04 e 05, nesta Capital, por iniciati-  
va da União Cívica Feminina, entidade que,  
por seus trabalhos e bandeiras filantró-  
pico-sociais, já faz parte da vida do Pa-  
raná.

Os cumprimentos do Poder Legislativo

pelo trabalho da União Cívica Feminina e nosso voto de apoio para que a iniciativa encontre par nos próximos anos, pelo sucesso que, inegavelmente alcançou.

Mais uma iniciativa da União Cívica Feminina que deu certo, como tantas outras que obtiveram êxito, pelo dinamismo, dedicação, desprendimento, garra e, principalmente, preocupação com o próximo, das integrantes da União.

Que do teor do presente, dê-se ciência às homenageadas.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2646

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Senhor GILSON MUELLER BERNECK, pela sua eleição como MADEIREIRO DO ANO DE 1989.

A escolha do nome de GILSON MUELLER BERNECK como Madeireiro do ano de 1989, ocorreu por decisão dos filiados ao SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DA MARCENARIA NO ESTADO DO PARANÁ, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MADEIRA LAMINADA E COMPENSADA DO ESTADO DO PARANÁ e SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRAS DO PARANÁ.

A distinção conferida ao madeireiro Gilson Mueller Berneck, tem sido conferida pelos sindicatos da categoria aos empresários que maior destaque têm alcançado no setor madeireiro do nosso Estado.

Nesse sentido, ninguém mais apropriado que o homenageado para receber a honraria, uma vez que seu nome, hoje, é de domínio nacional, pelo reconhecimento do seu dinamismo, trabalho e competência.

Este é o voto de aplausos do Poder Legislativo do Estado a este nome que muito tem emprestado de colaboração para o crescimento da nossa economia e do Paraná como um todo, dentro do quinhão que lhe cabe.

Que do teor do presente, além do homenageado, dê-se ciência aos Sindicatos responsáveis pela escolha, acima citados.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2655

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sistema Sul de Comunicação pela inauguração da TV INDEPENDÊNCIA de Guarapuava Canal 2 a mais nova emissora de Televisão do

Estado do Paraná, afiliada à Rede Manchete.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Senhores Diretores da TV Independência Canal 2 em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da televisão na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação da Televisão para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Portanto, é realmente auspicioso o evento que acontecerá no Paraná neste sábado 25 de novembro, a inauguração da TV INDEPENDÊNCIA CANAL 2 de Guarapuava, a mais nova emissora de Televisão do Estado, afiliada a Rede Manchete.

Auspicioso porque, com o evento desta nova estação produtora e emissora, toda a região passa a ser coberta pela programação da Rede Manchete.

#### REQUERIMENTO N° 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, RUBENS BUENO, que demonstrando todo seu espírito humanitário, encaminhou ao Governador ÁLVARO DIAS pedido de pensão especial à família do agente de reclusão ADALBERTO GOMES DA SILVA, morto durante a rebelião na Penitenciária Central do Estado, nesse último dia 13, deixando viúva e dois filhos menores.

Benefício que pede seja extensivo a esposa de outro funcionário morto durante a rebelião de novembro de 1974, JÚLIO BISS, cuja viúva LACIR TEREZINHA BISS, ficou sem amparo oficial, erro que agora na gestão do Secretário RUBENS BUENO será reparado.

Solicito, ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário, como tributo desta Casa ao espírito humanitário do destacado homem público.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a justiça que o Excelentíssimo Secretário faz ao solicitar ao governo essas pensões especiais, desnecessário será maiores justificativas para a concessão destas congratulações. Justiça se faz corrigindo falhas.

REQUERIMENTO N° 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, aos Diretores da CELEPAR pelos 25 anos de relevantes serviços prestados ao Paraná, ocorrido no último dia 24/11.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor ABILIO WOLF JÚNIOR, Presidente da Cia de Processamento de Dados do Paraná, sito à Rua Mateus Leme, 1561, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A atuação da Companhia de Processamento de Dados no Paraná, nestes 25 anos tem se notabilizado pelos relevantes serviços prestados pela sua dinâmica equipe.

Por essa razão na pessoa de seu digno Diretor Presidente Senhor ABILIO WOLF JÚNIOR, homenageamos toda a equipe da CELEPAR, merecedora de nossas congratulações.

REQUERIMENTO N° 2678

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor desembargador Negi Calixto, digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, pelo elevado espírito democrático com que conduziu os trabalhos da eleição presidencial de 15 de novembro último, atuando sempre com a mais absoluta lisura e isenção durante todo o transcorrer do pleito.

Solicita, também, que seja dado conhecimento ao congratulado, do objeto da presente manifestação, cientificando-o de que o Paraná ficará a dever, não só a ele, como também a seus ilustres Pares e demais cidadãos convocados, pelos relevantes serviços prestados e pela conduta democrática com que nortearam o processo do primeiro turno eleitoral presidencial.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Os paranaenses acompanharam com respeito as providências de cunho administrativo adotadas, que resultaram na agilidade das apurações, sem prejuízo da mais absoluta lisura e isenção durante todo o transcorrer do pleito.

O Paraná fica a dever ao Des. Negi Calixto, aos seus ilustres Pares e aos dedicados servidores e cidadãos convocados, o clima de harmonia, de respeito aos Partidos e de prestigiamento à Democracia que marcaram a primeira eleição

presidencial celebrada em nosso Estado após 30 longos anos.

Por estas razões, expressamos ao ilustre jurista nossa manifestação do mais profundo respeito e consideração.

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "VOTOS DE LOUVOR E CONGRATULAÇÕES" pela realização, em Curitiba, do I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER INDÍGENA.

O encontro, que contou com a participação de representantes de, aproximadamente, 46 nações indígenas do Brasil, procurou mostrar a discriminação sofrida pelos índios no país, que vai desde o não reconhecimento de seus costumes, crença e cultura, culminando pela inviabilidade junto ao mercado de trabalho, em especial para a mulher.

Esse encontro, que representa o início de uma luta louvável em prol da mulher indígena, merece o apoio e louvor desta Casa, razão da presente proposição. Requer, ainda, uma vez aprovada, se dê ciência à Presidência do Conselho Estadual da Condição Feminina, Dep. Irondi Pugliesi, à Casa Latino Americana e a Universidade Popular do Trabalho.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, representando a Bancada do PRN, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor à Telepar, pela passagem do seu 26° ano de fundação; que deste requerimento seja dada ciência ao seu Presidente Senhor Fernando Xavier Ferreira, à Av. Manoel Ribas 115-17° andar - Curitiba-Pr. Cep. 80.510.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Com extenso programa de desenvolvimento, da mais alta tecnologia nos serviços de telefonia, a Telepar está completando 26 anos de sua fundação. Centrais digitais, comunicação de dados, fibras óticas, rádio digital, fazem parte de sua programação. A Telepar será a 1ª companhia estadual do setor de telecomunicações a explorar regionalmente os serviços de comunicação de dados e outros da área telemática, utilizando-se de um sistema específico e apropriado para este fim. Sua preocupação com o bom atendimento do usuário, fez com que assinasse contratos de forne-

cimento de equipamentos, para descongelar e ampliar seus sistemas telefônicos, equipamentos estes os mais atuais do mundo, em termos de desenvolvimento tecnológico. Importante observar, que todo este salto, no setor de telecomunicações, está sendo até o momento integralmente realizado com recursos financeiros da própria Telepar.

## REQUERIMENTO N° 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que seja solicitado ao IBAMA-PR e ao ITCF enérgicas providências pela existência de Zoológico irregular em Paranguá, que motivou a morte de um dos seus funcionários, especialmente por terem os órgãos de comunicação noticiado há poucos dias que o mesmo havia sido fiscalizado pelo ITCF, constatado já naquela data a situação irregular, informando ainda as providências que serão tomadas.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

## REQUERIMENTO N° 2668

Senhor Presidente.

O Deputado, abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, a formação de COMISSÃO ESPECIAL, com o objetivo específico de tratar com o Cônsul Geral do Paraguai no Paraná e outras autoridades paraguaias, do projeto de lei, em tramitação no Parlamento daquele país, que cria faixa territorial de segurança nacional, de 100 Km ao longo das áreas de fronteira. A comissão, se aprovada, será formada por cinco Senhores Deputados e terá duração de 30 dias a contar da data de sua instituição, em cujo prazo deverá apresentar suas conclusões e propostas de atuação do Brasil frente ao problema.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) PAULINO DELAZERI

Apoiamento: Algaci Túlio, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Artagão Mattos Leão, José Rogério Carvalho, David Cheriegate e Pedro Tonelli.

## JUSTIFICATIVA:

1. O referido projeto, se tornado lei, atingirá a grande maioria dos cerca de 300 mil brasileiros que atualmente residem, produzem e têm suas propriedades no Paraguai. Ressalte-se que majoritariamente, estes brasileiros lá residentes são paranaenses; e mais, são responsáveis pela maior parte da produção de grãos do vizinho país.

## REQUERIMENTO N° 2682

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Sob Regime de Urgência, após ouvido o Plenário, a instalação nesta Casa de uma Comissão Parlamentar Supra-partidária a fim de acompanhar o pleito de reabertura e federalização do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), a ser realizado inicialmente em Florianópolis, no dia 28 de novembro de 1989 às 14 horas na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por iniciativa da UPI (União Parlamentar Interestadual).

Fica essa mesma Comissão incumbida de manter contatos permanentes com as Assembléias Legislativas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como desenvolver gestões junto ao Governo do Estado, com suas secretarias, e ao Banco Central, defendendo a reabertura do BRDE, que se faz necessária para o progresso e desenvolvimento do extremo Sul do Brasil.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoiamento: Werner Wanderer, Orlando Pesutti, David Cheriegate e José Rogério Carvalho.

## JUSTIFICATIVA:

É de suma importância que os Parlamentares paranaenses se engajem nesta luta contra a extinção do BRDE. O BRDE foi um dos bancos que mais contribuiu para o fomento da indústria no Estado do Paraná. Foi o grande financiador da iniciativa privada, acelerando o desenvolvimento econômico da região Sul.

Não podemos, nesta hora, nos omitir em relação à esta questão, que é de profundo interesse do Estado do Paraná. Temos que, como representantes da sociedade paranaense, analisar e discutir a fundo o problema da extinção do BRDE, que tanto fez pelo nosso Estado e por toda a região Sul do País.

Essa comissão visa justamente unir as nossas forças com a U.P.I. e com as Assembléias Legislativas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em defesa da permanência do BRDE como incentivador do desenvolvimento do extremo sul.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO N° 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, Requer à douta Mesa Executiva da Assembléia, o encaminhamento de proposições, a seguir especificadas e justificadas:

Um dos problemas mais complexos e de difícil solução, com que se defronta hoje a sociedade, é o uso e abuso de drogas e, por via de consequência, o avanço e fortalecimento do narcotráfico. Sensibilizado



pelo problema, o Paraná se coloca na vanguarda enfrentando este através do trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual de Entorpecentes - presidido pelo Prof. Olien Zétola. Complementando o trabalho deste órgão, a Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas vem, desde sua criação, desenvolvendo intenso programa na prevenção, junto a escolas e por intercâmbio com outras entidades que atendem a viciados em drogas.

A FUNPAD - presidida pelo Pastor Sergio Abreu, merece, não apenas o apoio de toda a sociedade, como dos representantes do povo e do Governo do Paraná. Razão pela qual, Requeremos o encaminhamento das proposições:

- Ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando que envide esforços no combate ao narcotráfico e ao uso de drogas, através do apoio ao Conselho Estadual de Entorpecentes, a Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas e demais entidades que lutam contra tão grande mal;

- Aos Senhores Prof. Olien Zétola e Pastor Sergio Abreu, manifestando nosso apoio à causa que defendem e incentivando-os a prosseguirem na luta pela prevenção e tratamento dos usuários de substâncias tóxicas, frente ao Conselho Estadual de Entorpecentes e FUNPAD, respectivamente.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) JOSÉ FELINTO

#### REQUERIMENTO N° 2691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o envio e telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, doutor JOSÉ REINALDO TAVARES, solicitando a determinação de urgentes providências, por parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com vista à recuperação das rodovias federais que cortam o Paraná e que se encontram em estado de plena e total deterioração.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Não dá mais para suportar o estado de abandono em que se encontram as rodovias federais do Estado do Paraná. Dia a dia a situação se agrava, tornando-as intransitáveis em muitos trechos. Os prejuízos são incalculáveis, assim como o número de vítimas - muitas delas, fatais.

Embora todas as rodovias federais estejam em péssimas condições de tráfego, com os leitos deteriorados, os acostamentos destruídos e a sinalização em precária situação, em algumas delas, pela importância que representam para a economia do Estado, a urgência dos reparos torna-se mais imperiosa. É o caso, por exemplo, da

BR-376, entre Paranavaí-Apucarana e Curitiba-Garuva; a BR-277, entre Curitiba-Paranaguá e Curitiba-Foz do Iguaçu; a BR-476, entre Curitiba e União da Vitória; a BR-373, entre Três Pinheiros e Pato Branco e a BR-116, entre Rio Negro e Curitiba e entre Curitiba e a divisa com São Paulo.

Por essas rodovias, importa lembrar, são escoadas as safras agrícolas do Paraná, chegando, também, os insumos e os bens industriais de que mais precisamos. No entanto, transitar por qualquer uma delas representa sempre um risco enorme. Os caminhoneiros, principalmente, estão enfrentando dificuldades de toda sorte, tanto pelo atraso nas viagens, quanto pelos danos nos veículos e nas cargas, quando não perdem a própria vida.

É sabido, por outro lado, que o Ministério dos Transportes vem encontrando dificuldades em conservar e recuperar essas rodovias. Mas, é indispensável que o faça. Não há como retardar as providências, mesmo porque cada vez os prejuízos se tornarão maiores. Assim, o pedido que renovamos, na esperança de que, sensível aos apelos, determine o DNER as necessárias medidas, visando restaurar as rodovias federais no Paraná, com a urgência que a situação está a exigir.

#### REQUERIMENTO N° 2606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Senhor ODENI VILAÇA MONGRUEL, DD. Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, reivindicando para que sejam promovidos estudos de viabilização para a construção de 50 Unidades Habitacionais pelo sistema mutirão, no Distrito Administrativo de FAROL, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito em questão é hoje mais uma das cidades paranaenses que enfrentam um sério problema decorrente do aumento de sua população: a falta de moradias. Atualmente, um elevado número de moradores são obrigados a pagarem aluguéis a preços que comprometem o planejamento financeiro da família ou então, morarem em condições não condizentes.

Levados por este motivo, inúmeros cidadãos vieram até nós, solicitando que reivindicássemos junto a este órgão, estudos no sentido de se construir no prazo mais breve possível, 50 unidades habitacionais, número considerado o suficiente para amenizar a situação.

Portanto, pedimos o apoio e empenho

REQUERIMENTO N° 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do Douto Plenário, REQUER, o envio de ofício ao Senhor Delso José Trentin, DD. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, reivindicando com a máxima urgência a construção de uma Quadra Poliesportiva no Colégio Estadual de Farol, ensino de 2° Grau, localizado no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual de Farol, teve o seu funcionamento posto em ação no período letivo deste ano, portanto, não dispõe na sua estrutura da referida reivindicação. Utilizando-se até o presente momento, nas instalações da quadra de esportes existentes na Escola Municipal de ensino de 1° grau.

O espaço próprio para suas atividades físicas, sem dúvida nenhuma é necessário e imprescindível para um perfeito aproveitamento escolar nesta matéria. Face ao exposto, solicitamos a agilização do processo para concretização do pedido.

REQUERIMENTO N° 2608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social do Paraná, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Associação de Desenvolvimento Comunitário integrado de Farol, com sede e foro no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição comunitária mantém convênios com a SEJA e o Banco do Brasil, através do FUNDEC, e necessita no presente momento, de verbas para a construção do barracão de uma Marcenaria Comunitária, a qual já dispõe de todo o equipamento e máquinas para a sua implantação, adquiridas com recursos próprios, faltando tão somente o espaço físico que abrigue-a.

Ciente da sensibilidade desta pasta face aos problemas de origem social-comunitários, reivindicamos o breve atendimento, certos de podermos contar com a costureira e especial atenção por parte desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Sr. Delcíno Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde, reivindicando para que seja destinado um veículo-ambulância para o atendimento social do Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação nos foi encaminhada através da administração distrital de Farol, a qual justificou a mesma, no fato de aquela localidade estar encontrando dificuldades na remoção de pessoas com problemas de saúde para outros centros, tendo em vista que em sua sede não há disponibilidade de atendimento médico frequente.

Face ao exposto e certo de poder contar com a sensibilidade e especial atenção por parte desta Pasta, ficamos no aguardo de uma breve solução.

REQUERIMENTO N° 2657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da COPEL, Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando providências para a instalação da extensão de rede de energia elétrica na Vila São Francisco, situada no Bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, nas ruas a seguir: Antonil, Visconde de Araraguaiá, Viveiros de Castro, Marquês de Caraveli, Ferreira Viana e Félix Pacheco.

A presente moção tem sua origem nos veementes apelos formulados por moradores daquela Vila, através a Associação que os representa - Associação de Moradores da Vila São Francisco, tendo como Presidente o Sr. Dirceu Furquim, os quais, num esforço conjunto formulam apelo a fim de que se efetue, com a brevidade que o caso requer, a extensão da rede de energia elétrica naquelas ruas, possibilitando assim a que venham se beneficiar desse indispensável serviço público.

A medida, se adotada, virá abranger aproximadamente 48 residências, além de alguns pequenos pontos de comércio, tornando-se por isso, fator preponderante ao desenvolvimento da comunidade, além de traduzir a concretização da antiga aspiração de seus moradores.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando imediatas providências quanto as decisões tomadas pela Administração do "Ferry-boat" de Guaratuba, as quais vêm prejudicando sensivelmente o desenvolvimento turístico do município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) RENATO ADUR

**JUSTIFICATIVA:**

Da frota de quatro "ferry-boats", um apodreceu "aos olhos da administração local", sem que nenhuma providência fosse tomada.

2. Um "ferry-boat" foi mandado para conserto em Itajaí, semana passada, sendo que esta providência deveria ter sido tomada num período anterior, para quando o fluxo de veranistas chegasse ao ápice, a frota estivesse em pleno funcionamento.

3. Esta semana começaram obras de reforma no atracadouro de Caiobá, justamente no início da temporada.

4. Como ficará, diante de tantas dificuldades, o atendimento aos turistas? Provavelmente bandearão para as praias do litoral catarinense, criando sérios problemas ao desenvolvimento do turismo em Guaratuba, que é prioritário na gestão deste Governo.

5. As dificuldades de acesso a Guaratuba via "Ferry-boat", provocará certamente congestionamento no acesso via BR-116, já conhecido como "Corredor da Morte".

6. Tem que se somar a todas as razões aqui citadas, também a famosa "Operação tartaruga", desenvolvida pelos funcionários do DER, descontentes com a atual política salarial.

**REQUERIMENTO N° 2620**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a implantação de um policiamento florestal no local denominado Morro do Boi, no Balneário de Caiobá, tendo em vista proteger o local das constantes queimadas que o "Cartão Postal" de nosso litoral vem sofrendo, tal como a que ocorreu no último dia 17 de novembro do corrente ano:

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha;

2. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 2637**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando com a máxima urgência a realização de estudos técnicos, visando a implantação do Sistema de Abastecimento de Água no Jardim Isaura, localizado no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A necessidade da implantação do Saneamento Básico, no Jardim Isaura, Município de São José dos Pinhais, ficou mais do que comprovada desde que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, em laudo técnico, deu Parecer Negativo ao teor da potabilidade da água nos poços existentes naquela localidade, imprópria para o consumo das milhares de pessoas que ali residem.

Visando a saúde dessas pessoas, num veemente apelo da Associação dos Moradores do Jardim Isaura, é que se faz ver à SANEPAR, a premência de um urgente atendimento que, se concretizado, beneficiará também outras famílias que residem nas cercanias do Jardim Isaura.

Assim sendo, apelo que sejam realizados estudos técnicos para a futura implantação do Sistema de Água, em favor daquela comunidade.

**REQUERIMENTO N° 2669**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que o Posto de Serviço do BANESTADO S/A, localizado no recinto do Fórum da cidade de Maringá, tenha o seu horário de atendimento dilatado até às 17:00 horas, compatibilizando-o com o expediente forense, desde que sem prejuízo aos funcionários do referido Banco:

1. Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly;

2. Presidente do BANESTADO S/A, Carlos Antônio de Almeida Ferreira.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 2670**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando

providências com relação à onda de violência e assaltos, inclusive com invasão de residências que vem ocorrendo nos últimos dias na cidade de Maringá.

Outrossim, gostaria de anexar a este requerimento, cópia de um telex recebido de um vereador daquela cidade, para que as autoridades do setor de Segurança Pública tomem ciência da gravidade da situação.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam apuradas as denúncias de que o Estado do Paraná vem sendo lesado através da centralização da compra de merenda escolar pela SAB em Brasília, conforme telex enviado a este Gabinete Parlamentar, pelo Superintendente da COBAL, Sr. Roberto Fregonese:

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Luiz Carlos Hauly.

Sala das Sessões em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Fernando Xavier Ferreira, DD. Diretor-Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, solicitando esclarecimentos sobre a grave denúncia da venda de material por esta empresa, veiculada no jornal "Folha de Londrina", página 3, do dia 25 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando extensão da Escola Estadual Manuel Bandeira, Ensino de 1° Grau, no Município de Alto Piquiri, período noturno.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação reveste-se de grande importância para aquela comunidade, uma vez que deverá suprir uma das necessidades básicas da população estudantil.

Os alunos fazem à noite, um percurso de 28 km até a sede municipal, para cursarem o 1° grau. Voltam muito tarde, dificultando desta forma as atividades que exercem durante o dia. São na maioria bóias-frias, operários e agricultores, que totalizam 110 alunos.

Por iniciativa da Professora Vera Lúcia Serrato Alexandrino, diretora da Escola Mirante do Piquiri, com 189 alunos de primeira à quarta séries, líder comunitária, está se empenhando para que esta iniciativa se concretize.

Dos nobres Pares, aguardamos o devido apoio.

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando urgentes providências junto ao DER, no sentido de que seja reconstruída uma ponte sobre o Rio Xambrê, na Estrada Yara, ligação Francisco Alves - Vila Nilza, de forma a restabelecer o tráfego no local.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A falta de conservação acabou fazendo com que ruísse a ponte sobre o Rio Xambrê, na Estrada Yara, interrompendo a ligação entre Francisco Alves e Vila Nilza.

Com isso, se interrompeu o tráfego de veículos na citada via, com grandes prejuízos a centenas de moradores da região, grande produtora agrícola, de cereais e café, principalmente.

Solicitação de providências já foi feita ao Departamento de Estradas de Rodagem, sem que tenha resultado, porém, em qualquer ação no sentido de solucionar o problema.

Face à situação, são inúmeras as reclamações que chegam, principalmente à Câmara Municipal de Iporã, conforme relato do ilustre vereador Dorival Passarella, feito por telex a este Deputado.

Assim, forçoso é reiterar ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que, com sua sensibilidade, procure determinar ao DER, as providências que se fizerem necessárias, visando restabelecer o quanto antes, a referida ligação.

É um apelo que se faz em nome de uma região produtora e de um povo que vem sofrendo prejuízos e enfrentando toda a sorte de dificuldades.

REQUERIMENTO N° 2683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício à SUREHMA, solicitando informações sobre as condições e estudos existentes a qualidade do Rio Nhundiaquara, suas fontes poluidoras, o impacto do uso público e demais estudos pertinentes, além de pedir providências no sentido de programa educativo e limpeza na região, especialmente pelo seu intenso uso na atual época de verão.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

A qualidade do Rio Nhundiaquara, que já foi um dos mais limpos rios do litoral, vem se deteriorando rapidamente, e o fluxo permanente de turistas à área, além de agravar o problema, também faz com que a população esteja sujeita aos seus efeitos nocivos, tornando-se necessário uma tomada de posição para a manutenção da qualidade de vida na área, para os moradores e visitantes.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 347/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem" ao Senhor Abilon de Souza Naves.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem na qual pretendemos seja concedido "post-mortem" ao Senhor Abilon Souza Naves, a quem mantivemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta Augusta Assembléia Legislativa, justificativa bem fundamentada.

#### Dados Biográficos de Abilon de Souza Naves

Nascido em Urbelândia, Minas Gerais, Abilon de Souza Naves fez seus estudos, do 1° grau até diplomar-se em Ciência Contábeis, em sua terra natal.

Primeiramente exerceu a profissão de Contador em Barretos no Estado de São Paulo e trabalhou alguns anos num frigorífico local. A seguir, ingressou no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, ainda como Contador. Lotado na Delegacia Regional do IAPC, do Paraná, veio para Cu-

ritiba. Residindo, enquanto solteiro, no Hotel Brasil, localizado na Praça Tiradentes, de propriedade do palmense Amantino Ribas.

Com o objetivo de melhorar sua renda, pois o salário que percebia, no IAPC era pouco, Abilon Souza Naves, se empregou, também, na Gazeta do Povo, desempenhando o cargo de Chefe da expedição de jornais. Providenciava os pacotes de jornais de assinantes em postos de revenda, colocados nos trens que demandavam ao litoral e interior do Estado, via Ponta Grossa. Incumbiam-se da venda de jornais e revistas grupos de meninos de várias idades. Anunciavam aos gritos, as manchetes do dia. Souza Naves os atendia já de madrugada anotando o número de exemplares do encalhe, e o número de jornais que cada um apanhava para venda, cobrando o que havia sido vendido no dia anterior. Foi daí que surgiu a feliz idéia de Souza Naves levar ao conhecimento de D. Anita Ribas, esposa do Interventor Manoel Ribas, como viviam aqueles meninos que em todas as madrugadas percorriam as ruas de nossa cidade, sendo que muitos não tinham família.

Por sugestão de Souza Naves D. Anita fundou a Casa do Pequeno Jornaleiro, com sede própria à Rua Saldanha Marinho, onde permanece até hoje.

Abilon de Souza Naves, casou-se, em São Paulo, com a jovem Antonieta Colombini. E, passou a residir num apartamento, à Rua Mariano Torres. Depois, obtendo financiamento, sob hipoteca, na Caixa Econômica Federal, construiu uma Vila, seu lar definitivo, situada à Travessa Prósdocimo, atrás do Hospital Oswaldo Cruz, no alto da Rua XV de Novembro onde passou a morar com a esposa e seus filhos Marcos, Beatriz e Elisabeth.

Ardoroso Getulista, Souza Naves acompanhou, com atenção, a fundação e o desenvolvimento da União dos Trabalhadores do Paraná. Era um partido de âmbito regional, nascido no início de 1945, e apoiado nos Sindicatos de Trabalhadores e nas Sociedades beneficentes Operárias. Quando a Lei dos partidos, promulgada pelo Presidente Getúlio Vargas, determinou que fossem de âmbito nacional uma delegação da U.T.P., viajou para o Rio de Janeiro e, em reuniões diversas com dirigentes sindicais locais, lançou as bases do Partido Trabalhista Brasileiro.

Desde o seu nascedouro, o PTB era nacionalista por excelência, portanto adepto da política de emancipação econômica nacional, através da industrialização intensiva. A industrialização aproveitava nossos abundantes recursos naturais, gerava milhões de empregos, especializava a mão de obra, elevava o nível salarial do trabalhador, acarretava a melhoria de qua-

lidade sua vida e, mais que tudo, libertava-nos progressivamente, da excessiva dependência do abastecimento do mercado externo.

Na condição de Presidente Nacional, em exercício do PTB, Souza Naves acertou os detalhes de um acordo para apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República.

Segundo o acordo, o PTB teria a Vice-Presidência da República, dois Ministérios: do Trabalho e Agricultura, com todos os seus órgãos, e alguns departamentos.

Kubitschek preferiu Souza Naves como seu companheiro de dobradinha. Mas, razões diversas levaram Souza Naves a indicar o nome de João Goulart, ainda em exílio voluntário em Buenos Aires, de onde foi buscá-lo trazendo-o de volta a São Borja e, de lá, para o Rio de Janeiro.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, cumpriu rigorosamente os termos do acordo, durante todo o seu governo. E Souza Naves recebeu convite para dirigir a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

A CREA chegou na hora exata para o Paraná. Violentíssima geada havia produzido, em 1953, graves danos à cafeicultura.

O fenômeno se repetiu, com intensidade ainda maior, em 1955. A cafeicultura paranaense ficaria dizimada, e os cafeicultores no desespero porque completamente arruinados e com a economia igualmente desbaratada.

Prevaleceu novamente o "sexto sentido" de Souza Naves. Os que com ele conviviam admiravam seu instinto político, que o induzia a enxergar o desdobramento futuro de um lance, com todas as suas consequências. Esse apurado sexto sentido funcionou ainda quando se repetira, em 1955, a catástrofe de 1953, geadas transformando os verdes cafezais em troncos marrons e ressequidos, num cenário desolador de caos e danos irreparáveis. Houve até lavrador que se suicidou, porque com a gleba perdida ao peso das dívidas, e sem nenhum recurso para saldá-las. Paranaense de coração, com o mais ardente desejo de salvar a economia do Paraná em seu mais difícil momento em todos os tempos, Souza Naves, no recesso do seu gabinete da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, com meticulosidade e proficiência, um plano de financiamento ao café geado. Era o primeiro desse tipo a ser elaborado.

José Maria Alkimim era Ministro da Fazenda. Avaro nos gastos, Alkimim tremeu ante o incalculável volume de recursos que seriam exigidos para a execução do plano de Souza Naves. Desenhava-se, por outro lado, aos seus olhos, a ascensão da cafeicultura de Minas Gerais depois da calamidade que havia atingido a cafeicultura do

Paraná. Recusou-se portanto, a escolher o plano de recuperação de nossos cafezais, na condição de presidente nato do Conselho Econômico Nacional.

Souza Naves percebeu, de pronto, a resistência, até hostilidade do Ministro da Fazenda, adiou a apresentação do plano de financiamento ao café geado. Expôs numerosos e convincentes razões ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que deu apoio integral ao pleito de Souza Naves. Alkimim não teve, pois outra alternativa, senão a da aprovação do plano.

Agricultores paranaenses e de outros Estados igualmente atingidos pela catástrofe das rigorosas geadas se beneficiaram com o financiamento, em termos favoráveis. Arrancaram os cafezais mortos e, com replante, substituíram-os por outros, vicejantes e produtivos. A admiração e o devotamento a Souza Naves entre os agricultores chegaram, sem exagero, às raíais da idolatria. Por toda parte, era ele recebido como um Deus benigno, o milagroso salvador de nossa cafeicultura.

A dolorosa advertência porque passáramos serviu de advertência a Souza Naves, tratou, pois de incentivar a implantação de indústrias no Estado. Combateu a indecisão e o medo de muitos empresários. Mostrou-lhes a necessidade de diversificação das atividades econômicas. Por sua ordem, "Paraná" era a senha para o ingresso de todos ao seu gabinete, não importava a cor partidária do pretendente. O que estava em jogo era o futuro econômico do Paraná, embora Souza Naves jamais houvesse discriminado e prejudicado os interesses econômicos de outros Estados.

O crescente prestígio de Souza Naves nos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek de Oliveira iria redundar em direto benefício para o nosso Estado.

Além dos milhares de decretos de nomeação, promoção, pensão e aposentadoria obtidos nos ministérios em favor de tanta gente, e além do estímulo a empresários e proprietários rurais no sentido do melhor aproveitamento econômico de suas potencialidades, Souza Naves não descurou de carrear para nós soma elevada de recursos, obras e serviços federais.

Trouxe, por exemplo, o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Emergência - o SANDU - entregue à competência do Médico Mário de Barros. Instalado a Alameda D. Pedro II, com médicos imbuídos do mesmo espírito de solidariedade à comunidade curitibana, o SANDU, enquanto existiu, salvou vidas sem conta, pelo atendimento pronto e eficiente.

Houve eleição em 1958, para o Senado, Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Prefeitura Municipal de Curitiba. Como "teste", com vistas a 1960, Souza Na-



ves saiu candidato ao Senado, e o PTB lançou o General Iberê de Mattos para Prefeito de Curitiba, em oposição ao candidato situacionista Aristides Simão. O teste foi mais do que satisfatório. Souza Naves somou os votos de seus dois adversários, e teve ainda mais de cinquenta por cento acima da soma dos votos por eles obtidos. Firmava-se como candidato natural e imbatível ao pleito de 1960, com a favorável agravante de que o general Iberê de Mattos havia conquistado a prefeitura de Curitiba, e o PTB haveria de conquistar, em 1959, a maioria das prefeituras do litoral e do interior.

Souza Naves se revelara hábil articular no Palácio Monroe onde, no Rio de Janeiro, funcionava o Senado da República. Desfazia arestas, conciliava políticos desavindos, atraía para o PTB nomes respeitáveis. O partido, no Paraná, inchava tal a febre adesista de gente a buscar a sombra protetora de Souza Naves.

A ascensão de Souza Naves era um imperativo da política paranaense, com reflexos bastante positivos na política nacional.

Cientes desse fato indiscutível, os antigos companheiros de trabalho de Souza Naves, os servidores do IAPC, decidiram prestar-lhe merecida homenagem, em reconhecimento ao muito que pelo órgão e por ele havia sido feito. A homenagem se traduziu num jantar realizado na noite de 12 de dezembro de 1959, na Sociedade Morgue, Bairro do Cristo Rei. Sentavam-se à mesa antigos e novos funcionários, em clima de euforia, porque um companheiro de trabalho era Senador da República, e iria ser, inevitavelmente, governador do Paraná. Tudo, questão de tempo, apenas.

Em agradecimento à homenagem, Souza Naves discursara. Palavras eivadas de sentimentalismo, a recordarem as lutas e as vicissitudes a retratarem a personalidade dos mais antigos. Souza Naves traçou, a seguir, a linha indesejável de sua conduta política no exercício e à margem do seu mandato de senador. Conclâmou todos à união, com o pensamento posto nos supremos interesses da Nação brasileira. Ninguém poderia supor que aquele era o testamento político de Abilon Souza Naves.

Preocupamo-nos em homenagear Abilon Souza Naves, embora tardiamente, decorridos trinta anos de seu desaparecimento, para que as gerações de agora e futuras honre com mais vigor a memória do insigne homem público ao conceder-lhe "post-mortem", através de sua família, o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 348/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar concurso público de provas e títulos, para preenchimento de vagas na Rede Estadual de Ensino, de acordo com o Estatuto do Magistério Público.

§ 1° - Será assegurado aos professores contratados pelo regime CLT, conveniados com as Prefeituras Municipais, pontuação diferenciada na contagem de pontos para o concurso de títulos na forma de decreto que regulamentará esta lei.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará esta lei, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto apresentado nesta oportunidade vem ao encontro dos problemas trazidos a esta Casa pelos Senhores Prefeitos, em virtude da não renovação dos convênios a partir de 1990, onde estabelece que as Prefeituras Municipais contratam professores CLT's para prestarem serviços junto aos estabelecimentos da rede estadual de ensino e o Poder Executivo repassa os recursos para a manutenção destes.

O problema apresenta-se bastante complexo, pois esbarra em preceito constitucional concernente à contratação de pessoal em caráter excepcional para prestar serviços temporários. Outro ponto a ser destacado relaciona-se com a não renovação de tais convênios a partir do ano vindouro.

Sabe-se que no Estado existem cerca de 12.000 (doze mil) professores nesta situação, isto é, mais precisamente e objetivamente colocando a questão: As Prefeituras Municipais estão contratando professores para serviços em Estabelecimentos do Estado e o convênio que proporciona tal situação deixará de ser renovado.

Veja-se as consequências sociais de tal situação, milhares de professores desempregados, Prefeituras que deverão arcar com ônus destas demissões, salas de aula deverão ficar ociosas pela falta de Professores.

Este é o momento, ao lado de outras características, repensar o ensino em nosso Estado, procurando criar condições estruturais para que nenhum educando deixe de frequentar a Escola quer seja pela falta de mestres, quer seja pela falta de salas de aula.

A ocasião é inoportuna para que as Prefeituras absorvam tais ônus, de vez que não possuem meios para tal.

Este projeto deverá dotar a Secretaria



de Estado da Educação de Professores, para o atendimento destas necessidades abrindo concurso público de provas e de títulos de acordo com as vagas e contingente de pessoal para atender à demanda a partir de 1990.

Nada mais justo que aos atuais professores conveniados seja dada uma pontuação maior na prova de títulos, visto estarem em sua imensa maioria prestando serviços nas escolas da rede estadual de ensino.

Dentre os graves e complexos problemas educacionais de nosso Estado, consideramos a matéria objeto do presente, como um dos mais graves visto a extensão do mesmo em permanecendo tal situação.

PROJETO DE LEI N° 349/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida à Senhora Zuleica Teodoro de Oliveira, viúva do ex-Prefeito Municipal de Campo Mourão, Antonio Teodoro de Oliveira, pensão mensal no valor equivalente a dois (2) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito em referência prestou relevantes serviços ao município de Campo Mourão durante toda sua existência. A viúva do falecido, Senhora Zuleica Teodoro de Oliveira, necessita dessa pensão mensal para sua subsistência.

PROJETO DE LEI N° 350/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Sra. TEKLA BRZEZINSKI, viúva do ex-Prefeito Municipal de Campo Mourão, Roberto Brzezinski, pensão mensal no valor equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito Municipal em referência perdeu sua vida no exercício do mandato,

trabalhando em prol do município de Campo Mourão. A viúva do mesmo, Sra. Tekla Brzezinski, necessita de pensão mensal para sua subsistência.

PROJETO DE LEI N° 351/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC, que será o gestor dos recursos a que se refere o artigo 205 da Constituição Estadual, e que terá a finalidade de estabelecer regras e diretrizes para aplicação dos referidos recursos.

Art. 2° - O CONCITEC reger-se-á por regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador do Estado, terá sede na cidade de Curitiba, sendo vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Art. 3° - São objetivos específicos do CONCITEC:

I - estabelecer e reavaliar a política científica e tecnológica do Estado;

II - analisar, opinar e gerenciar a concessão de recursos a que se refere o art. 1°, bem como outras subvenções estaduais, repasses federais e privados;

III - custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisa científica e tecnológica de iniciativa pública ou privada;

IV - fiscalizar periodicamente a aplicação dos recursos que fornecer, podendo suspendê-lo nos casos de inobservância dos projetos aprovados;

V - colaborar com os órgãos da administração federal ou de outros Estados em programas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico nacional e internacional;

VI - promover o maior entrosamento no campo da ciência e tecnologia entre as instituições de pesquisa do Estado, as Universidades e os setores produtivos, bem como junto a congêneres nacionais e internacionais;

VII - promover estudos, encontros e eventos específicos em ciência e tecnologia no Estado;

VIII - designar comissões especializadas, comitês assessores e credenciar consultores;

IX - elaborar e modificar seu regimento interno, bem como resolver casos omissos.

Art. 4° - O desempenho da função de membro do Conselho não será remunerado, constituindo-se em relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 5° - O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC, será composto pelos seguintes membros:

I - Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que o presidirá;

II - o Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP;

III - o Diretor-Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

IV - o Diretor-Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR;

V - o Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES;

VI - um representante da Fundação Universidade Estadual de Londrina;

VII - um representante da Fundação Universidade Estadual de Maringá;

VIII - um representante da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa;

IX - um representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIESP;

X - um representante da Federação das Associações comerciais do Paraná - FACP;

XI - um representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

XII - um representante da Associação Brasileira das Indústrias Eletroeletrônicas - ABINEE/PR;

XIII - um representante da Associação Paranaense das Empresas de Biotecnologia - APEBI;

XIV - um representante do Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR;

XV - um representante das Federações dos Trabalhadores na Indústria e na Agricultura do Estado do Paraná;

XVI - um representante da Universidade Federal do Paraná;

XVII - um representante do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET;

XVIII - um representante da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR.

XIX - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

XX - um representante do Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica - LAC;

a - os representantes do Poder Executivo serão membros natos e serão substituídos nas suas faltas e impedimentos, por um representante pelos mesmos designados;

b - os representantes a que se referem os incisos IX a XV, e XIX a XX e seus respectivos suplentes, serão escolhidos pelo Governador do Estado, de listas tríplex apresentadas pelas respectivas entidades e nomeados para mandato de 3 (três) anos;

c - os representantes das Universidades e seus respectivos suplentes serão escolhidos e nomeados pelo Governador do Estado para mandato de 4 (quatro) anos dentre listas tríplex compostas por pesquisadores oriundos de diferentes áreas de

conhecimento, devidamente formalizados através de eleições pelas respectivas comunidades.

Art. 6º - Os recursos a que se refere o art. 205 da Constituição Estadual, serão repassados, em duodécimos, mensalmente, e depositados pelo Tesouro Geral do Estado no Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, em conta especial sob a denominação de "Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCITEC".

Parágrafo Único, O FUNCITEC terá um Conselho Diretor composto por três membros, ou seja, o Presidente do CONCITEC, que o presidirá, um representante do BADEP e um representante indicado pelos membros do CONCITEC.

Art. 7º - Os recursos oriundos do artigo 205 da Constituição Estadual, não poderão destinar-se para o custeio administrativo e pagamento de pessoal para sua gestão.

Art. 8º - Os recursos a que se refere o artigo 205, serão considerados adicionais aos que o Estado destina, através de orçamento, ao custeio, pagamento de pessoal e investimentos às instituições estaduais de ensino e pesquisa.

Art. 9º - É vedado ao CONCITEC:

I - criar órgãos próprios de pesquisa;

II - assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;

III - auxiliar atividades administrativas de instituições de pesquisa.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoiamto: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o que consta na recém-promulgada Constituição Estadual, em seu artigo 205, e a necessidade de disciplinar a utilização dos recursos financeiros entre os diversos setores interessados no desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, vimos apresentar este projeto de lei de altíssimo interesse para o futuro do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a Tribuna para dar, não uma informação mas, um conhecimento oficial da posição do PSDB em relação ao 2º turno das eleições presidenciais.

Reunido o seu diretor nacional, o PSDB, tirou uma posição, embora com posi-

ções divergentes durante a discussão e o encaminhamento, esta posição agora é do Partido.

A minha posição mesmo, durante os primeiros momentos, e assim me manifestei e votei, era no sentido de se manter uma certa independência em relação ao candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva. Fui voto vencido, mas como dentro do nosso Partido as discussões são democráticas, abertas, com a oportunidade de manifestação de todas as tendências, de todas as formas de encaminhamento, não há como, mesmo os votos vencidos, tomarem atitudes isoladas.

O PSDB, nessa reunião de Brasília, permitiu ampla discussão do assunto da sucessão presidencial. Ficou claro, desde o primeiro momento, que este Partido não poderia, pela própria coerência do Senhor Mário Covas, pela sua postura nos debates da televisão, adotar a neutralidade. Não poderia também, assim se manifestar, porque contribuiu na Constituinte, decisivamente, para que houvesse, no Brasil eleição em dois turnos.

Quer queiram, quer não, Senhores Deputados, estamos aprendendo numa aula de profunda reflexão, em que a sociedade brasileira, os políticos, neste aprendizado pedagógico levam às reflexões mais profundas e responsáveis do comportamento democrático. Vinte e nove anos se passaram e não seria agora o momento de se deixar as candidaturas de 2º turno andarem em seus barcos, nas suas posições, nos seus Partidos, e os demais Partidos se colocarem na postura da neutralidade e da indiferença.

Por que o Brasil não é neutro e não é indiferente! O Brasil e seu povo espera decisões dos Partidos, mas espera muito mais que isso, seja quem for eleito que nada seja igual ao que aí está. É preciso que haja mudanças! É preciso que a Democracia seja permanente! É preciso mais do que isso, que nós nos eduquemos com essa Democracia!

Estes 29 anos nos colocaram quase que perplexos, nos deixaram com a mente até preguiçosa por que democracia exige paciência, diálogo, entendimento, encaminhamento.

A Democracia comporta, num 2º turno, a análise das várias variantes das duas candidaturas.

Feitas essas considerações o PSDB, decidiu:

1º - Reafirmar a nota emitida pela Executiva Nacional que exclui quaisquer apoios à candidatura Fernando Collor de Melo, posição adotada nacionalmente, e encaminhada anteriormente por todos os diretórios estaduais do PSDB.

2º - Afirmar que a candidatura Luiz Inácio Lula da Silva garantida pelo voto

popular no primeiro turno, indica a opção progressista para o segundo turno. E se indica essa opção progressista e se o PSDB exclui o apoio à Fernando Collor de Melo, está explícita a posição do PSDB, de fazer um entendimento com a Frente Brasil Popular, em relação a candidatura progressista de Luiz Inácio Lula da Silva.

3º - Que contudo, não pode endossar o programa de 13 pontos da Frente Brasil Popular, porque como estão formuladas contrariam posições básicas do programa partidário do PSDB.

É evidente, que numa composição de segundo turno é preciso deixar claro as características de cada partido, as suas posições, os seus programas, os seus princípios, e na medida que nós nos direcionamos para a candidatura progressista, da Frente Brasil Popular, nós também temos que mostrar onde estão os nossos pontos de convergência e aonde estão os nossos pontos de divergências.

Nós somos sociais democratas e nosso programa assim se direciona.

4º - Deixar claro nos contactos com a Frente Brasil Popular, que qualquer entendimento político deve dar-se através dos partidos e não de blocos, ou frentes, e que vetos a companheiros de partido são inaceitáveis e constituem empecilho irremovível para a ação política comum.

O PSDB, 1º - Afirma que os contactos e os entendimentos devem se dar através dos partidos políticos e assim manda os próprios princípios da democracia.

O segundo turno não foi construído para se destruir os partidos. O veto a grupos, a liderança de partidos constitui uma estratégia divisionista que não contribui para a democracia. Partidos é que negociam. E os partidos são formados por correntes, por lideranças as mais diversas, cuja unidade está no programa e nas diretrizes encaminhadas dentro do partido.

Ora, na medida em que se aceitar que eventuais divergências dentro do partido sejam aproveitadas para se fazer vetos e consequentemente criar ânimos, criar condições, como diz a nota, intransponíveis para o entendimento, não é o caminho, não é a tradição de uma eleição em dois turnos.

Confesso que nós do Paraná tivemos alguns constrangimentos. Recebemos notícias, recados pela imprensa, uma delas publicada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 23 de novembro de 1989. Diz a nota: (Lê).

O Estado de São Paulo

Quinta-Feira, 23 de novembro de 1989  
Richa: um dos três nomes vetados pelo PT no Paraná.

PETISTAS VETAM LÍDERES ESTADUAIS

O PT do Paraná vetou ontem, em Curitiba,

ba, a presença de três importantes lideranças políticas estaduais nos palanques de Luiz Inácia Lula da Silva durante a campanha eleitoral do segundo turno. São elas o senador José Richa, do PSDB, o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, do PDT, e o Governador Álvaro Dias, do PMDB. "Nenhum deles está no campo de forças populares e democráticas que integrarão as alianças com a Frente Brasil Popular", adiantou o presidente regional do PT, Claus Germer.

A decisão de rejeitar a participação dos três políticos na campanha de Lula foi tomada no domingo, durante encontro estadual realizado pelo partido em Curitiba.

Os dirigentes petistas consideram que o apoio de Richa, Álvaro e Lerner colocaria em risco a implantação do programa de governo da Frente Brasil Popular, caso Lula seja eleito.

Outro diretório estadual do PT, o da Paraíba, também vetou lideranças regionais. Os petistas decidiram em João Pessoa aceitar a presença do prefeito da cidade. Wilson Braga, do PDT, nos palanques da Frente Brasil. O secretário-geral do PT, Júlio Rafael, justificou-se: "Braga é uma peste, um corrupto e ligado ao crime organizado". Os petistas estudam, agora, o passado político da mulher de Braga, Lúcia, para decidir se aceitam ou não seu ingresso na Frente.

Muito bem! Isto gerou constrangimentos dentro do PSDB, este é o momento antes de comentar a nota, prestar, em nome da Bancada do PSDB, a solidariedade ao Senador José Richa; esta solidariedade se consubstanciou já antes na própria nota do Diretório Regional do PSDB quando encaminhava sua posição ao Diretório Nacional de que repudiava a candidatura Collor de Melo, indicava a candidatura da Frente Brasil Popular, mas se ela estava condicionada a que não houvesse vetos de companheiros pertencentes ao nosso Partido.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite um aparte Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em seguida com muito prazer nobre Deputado.

Sabemos que esta não é a opinião de todo o Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular, mas não podemos aceitar que se registre isso na imprensa e que não haja um esclarecimento oficial do Diretório Estadual do PT.

Não se ganha eleição com o sectarismo ou com a visão estreita do segundo turno. As afirmações programáticas, as posições políticas de cada Partido, desde o maior até o menor, já foram delineadas no primeiro turno. Nenhum, nem outro candidato ganha a eleição se não expandir as suas políticas de entendimento, de alianças, de

apoios para o segundo turno, porque 17% não é 51% e nem 27% ou 38% também não é 51%.

Há uma indicação do caminho que o eleitorado determina, a esta indicação e aí está a nossa responsabilidade é de somar forças para com que esta indicação progressista chegue ao seu destino, que é a conquista do Poder. O eleitorado deu esse recado e dizem que as lideranças políticas não influenciam nessa eleição, que eu concordo em parte, mas afirmar isso como absoluto é negar que os Partidos tenham qualquer influência na eleição, e o mais importante Senhores Deputados, no futuro Governo não vai beneficiar a Democracia Partidos dilacerados, desmoralizados, seccionados, lideranças vetadas, patrulhamentos, não! É preciso neste momento que a própria Liderança da Frente Brasil Popular retire afirmação de que o Governador José Richa põe em risco a implantação do Governo da Frente Brasil Popular.

O Governador José Richa não é tão forte e poderoso assim para inviabilizar qualquer programa, o Governador José Richa, ao contrário dos comentários saído aqui nesta nota do jornal, que afirma que nenhum deles está no campo das forças populares e democráticas, foi um democrata e é, esteve sempre ao lado dos combatentes da ditadura desde o primeiro momento, governou o Estado do Paraná, um Governo de transição, eu diria até de coalisão, porque várias forças se somaram para que Richa chegasse ao Governo, havia conservadores, havia liberais, havia reacionários, havia socialistas, havia sociais-democratas, havia petistas, havia pedessistas que ajudaram a governar esse Estado, e nenhum momento se fez o patrulhamento de qualquer força. A força que fez com que o Paraná avançasse, tivesse uma afirmação democrática no Governo Richa foi exatamente a sua tolerância e sua formação democrática conciliando as várias correntes dentro do Partido mas não abrindo mão daqueles compromissos programáticos então determinados na eleição que eram de mudanças, de implantação de programas que favorecesse a grande maioria da população paranaense, e assim foi feito. Não, negar a José Richa a sua tradição democrática é negar a história.

Eu não sou um exaltador apaixonado do meu líder máximo do PSDB no Paraná. No próprio Governo quando eu fui seu chefe de Gabinete em muitas vezes eu discordei das posições do Governador José Richa, nem por isso deixei de admirá-lo. Eu falava da tolerância de José Richa, mesmo nas discordâncias ele ouvia, ele amadurecia, ele às vezes até demorava para decidir essas questões para fazer avaliação de conjunto.

É preciso pois que haja um encaminha-

mento político dessa política de aliança e de apoios, através dos partidos, das suas direções, das consultas a todos os segmentos de cada Partido, e isto exige grandeza e análise do momento que vive o Brasil. Se eu fosse me ater as contradições, as divergências com o PT do Sudoeste do Paraná e da minha cidade especificamente eu fatalmente estaria impedido de um apoio, de um voto, de uma indicação da candidatura progressista de Luiz Inácio Lula da Silva, mas não, tenho o dever, a consciência não me permite, o meu passado histórico da política não me permite fazer avaliação do segundo turno a partir da minha cidade de Dois Vizinhos; da minha região do Sudoeste do Paraná ou do Paraná apenas. Temos que olhar horizontalmente, e olhar o Brasil inteiro.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo

Deputado pelo seu pronunciamento, bastante interessante, fazendo uma análise realmente profunda da atual situação política do País. As vezes são posições tomadas um tanto quanto precipitadas por determinados integrantes do PT que levam determinados políticos e até mesmo uma população a questionar, será que vamos votar e vamos apoiar o Lula ou não. Veja Deputado, eu também não posso concordar de maneira nenhuma com essa posição tomada pelo Diretório Regional do PT em relação ao ex-Governador José Richa que nós conhecemos e temos por ele uma grande admiração. E também não podemos concordar no que diz respeito ao Prefeito atual de Curitiba, Prefeito Jaime Lerner. Um Prefeito que ganha uma eleição em 12 dias na capital do Estado, que na verdade não foram 12 dias mas elas foram em consequência de uma candidatura da nossa pessoa que mantinha essa possibilidade, mas dizer que o Prefeito de Curitiba não joga da mesma maneira como jogam as posições políticas do PT é até mesmo afrontar a popularidade do Prefeito da Capital do Estado do Paraná que é reconhecida nacionalmente e até mundialmente.

Então nós também ficamos a questionar, será que vamos apoiar Lula, não vamos apoiar Lula, o povo nos indaga na rua e nós estamos ainda naquela expectativa, naquela dúvida, realmente a gente espera que saia uma posição nacional do PT, que não sejam elementos de um diretório regional que façam esse patrulhamento no momento que o partido mais do que nunca necessita de apoio para levar avante esta bandeira dos Partidos Progressistas. É preciso cautela para o pessoal do PT, e isto já falei ao Deputado Pedro Tonelli, porque isto pode levar, nós políticos, até uma posição desagradável de chegarmos a qual-

quer momento até de não tomarmos uma decisão favorável ao Partido dos Trabalhadores.

Por isto, espero que o PT a nível nacional, com seu candidato à Presidência venha dizer que quer um somatório de todos os brasileiros interessados nas questões progressistas deste País.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, vem enriquecer as nossas posições e a sua participação foi muito importante.

Eu prossigo: o item 5 da decisão do PSDB diz:

Que a questão do parlamentarismo não como uma manobra congressual, nem como uma imposição contra a vontade do Presidente eleito, é uma preliminar importante, para medir a flexibilidade política dos partidos na compreensão da questão da democratização do estado e do regime.

Não vamos defender o Parlamentarismo como forma de eliminar o poder do futuro Presidente. Não está aqui colocado como preliminar importante envolvendo a figura do futuro Presidente. Não é uma questão impositiva. Mas o PSDB que tem no seu programa o Parlamentarismo, como forma de nova visão de poder e de Estado, coloca isto para uma outra reflexão e discussão, para no momento oportuno, se for o caso e de acordo com as regras e o momento político discutí-lo e implantá-lo somando-se a outras forças políticas e a outros partidos, se assim o entenderem.

6° - Que em qualquer hipótese, a defesa dos preceitos constitucionais é fundamental para assegurar-se a governabilidade e a democracia.

Nós não fazemos o discurso do caos, nós não compactuamos com aquele discurso de que, o candidato da Frente Brasil Popular quer o poder pela via sangrenta. Esse é o discurso da direita, dos conservadores, dos privilegiados; esse é o discurso de quem não gosta de democracia, de liberdade; esse é o discurso de quem não quer justiça; esse é o discurso dos que se acomodam no poder, e depois esquecem da eleição, que é a melhor forma de se competir e de se ganhar os espaços e de dar ao povo a oportunidade de dizer sim ou não.

A via sangrenta aconteceu no Chile porque lá tinha um Presidente eleito pelas forças populares.

A via sangrenta aconteceu no Brasil em 64 sim, quando se somavam forças populares para dar sustentação ao governo Jango Goulart imbuído de reformas e de mudanças no Brasil.

PSDB vai defender sempre a democracia e os ditames constitucionais como parâmetro para que este País possa ter a de-

mocracia como alguma coisa permanente e eterna, e que no regime constitucional em que vivemos possamos resolver as distensões e as divergências pela eleição, pela conquista do poder e pela entrega do poder, se assim quiser o povo, e isto que é fundamental se dizer, que em qualquer hipótese que:

7º - Considera fundamental continuar mantendo entendimentos com os demais partidos democráticos, em busca de uma aliança, para o segundo turno, defendendo os interesses dos trabalhadores, dos assalariados, e do desenvolvimento econômico do País.

Este item 7 aborda e autoriza, e vou ler o item 8 e analisar os dois: Delegar à Comissão Executiva Nacional o prosseguimento, digo procedimento das negociações com as forças políticas democráticas já citadas em busca de um programa comum.

O item 7 fala na aliança e o 8 em busca de um programa.

Se isto for possível, estará firmada uma aliança. Se não for possível, prevalece o item 2 de que afirma que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva indica opção progressista para o 2º turno. É o apoio.

O item 7 e 8 já direcionam para uma aliança, que eu reconheço tem inúmeras dificuldades de encaminhamento, de reciclagem dos programas, de entendimento, e o tempo urge.

Me parece que aí está a inteligência da nota do PSDB, de deixar as coisas muito claras e muito bem definidas, para que não houvesse um impasse nas conversações futuras.

Não há possibilidade de um programa comum, fica indicado o apoio à candidatura progressista, já que o próprio PSDB rejeita a candidatura de Fernando Collor de Mello.

Posto isto, quero dizer que o Brasil, nesse segundo turno, e o seu povo não vai ficar omissos, ninguém vai ficar omissos. As pesquisas indicam que o voto nulo e o voto branco é fundamentalmente minoritários. As pesquisas indicam também que o eleitorado do PDT, do PSDB, do PL, do PDS, estão fazendo as suas opções. Ora, imaginem, se o próprio eleitorado faz as suas opções, um Partido como o nosso, que se apresentou seriamente, como diz o Deputado Nilton Friedrich, que foi a derrota mais vitoriosa que o PMDB teve, não poderia ficar omissos e não o fez, nem o Senador Mário Covas o fez. A omissão, que foi combatida durante a campanha, não foi o grande apadrinhamento do PSDB em Brasília, meus Companheiros. Foi uma postura de afirmação. E o Senador Mário Covas dizia; não votarei em branco, não votarei nulo, não votarei em Fernando Collor de Mello. Votaremos em

Luiz Inácio Lula da Silva, seguiremos a orientação do nosso Partido e estaremos atentos a seu encaminhamento, que eu reconheço das dificuldades que existem, mas que não são impossíveis de ser superadas.

Mesmo que não se chegue à aliança nós prestaremos esse apoio para vermos um Brasil diferente e termos um início de Governo que eu não sei o que vai acontecer, mas que nós estaremos sempre vigilantes para que as forças golpistas, reacionárias, que não querem democracia, não façam da eleição desse candidato a desculpa para a aventura de destruição daquilo que nós temos de mais sagrado, que é a liberdade de escolher que é a liberdade de tirar quem foi escolhido pelo voto e com democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós estamos apresentando um Requerimento pedindo Preferência de Votação ao nosso Projeto, que com o parecer aprovado por unanimidade por esta Casa, no sentido de votarmos e acabarmos de, uma vez por todas essa novela existente hoje no nosso Estado, que é o reajuste mensal aos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Gostaria de pedir aos Nobres Pares para que apoiem esse nosso Requerimento e possamos hoje, em primeira votação, aprovar o projeto autorizatório de nossa autoria.

Algumas pessoas têm levantado com relação ao problema, da falta de caixa no Estado do Paraná.

Eu tenho sido insistente, veemente em dizer que para aumentarmos a receita do Estado é preciso que haja um pouco de consciência dos Senhores Parlamentares, de algumas autoridades do primeiro escalão do Governo, no sentido de tratarmos todos os empresários deste Estado, de forma igualitária, sem nenhum benefício a este ou aquele empresário, que se dê, de uma vez por todas neste Estado a autonomia ao Fisco do Estado do Paraná, para que possamos ter a nossa arrecadação triplicada em valores reais nos próximos meses.

E nós já temos informações da própria Receita Estadual, de que nós conseguiríamos este aumento de receita e por conseguinte, pagaríamos melhor os nossos funcionários públicos.

Nós temos aqui inúmeros empresários,



eu não tenho nenhuma dúvida de que estes Deputados empresários também apoiam uma medida que nós consideramos justa, que é a da autonomia da Receita Estadual do nosso Estado.

Isto pode não acontecer agora, mas com o tempo isto acontecerá Senhores Deputados e é preciso que cada um faça a sua parte e não tente penalizar, como estão tentando fazer com o funcionalismo público do Estado do Paraná, que tem dado demonstrações de muita dedicação, mesmo porque nós que dias atrás assistimos pela televisão, liamos nos jornais que o Governador do Estado tem 91% da preferência popular.

Se ele tem 91% também é graças a uma equipe de Governo e essa equipe precisa ser considerada também, desde o funcionário mais humilde de qualquer administração direta, indireta, autárquica até o Governador do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, recebemos uma proposta no sentido de retirarmos o nosso projeto para que o Governo mande uma mensagem para a Assembléia.

Quero dizer uma coisa a Vossas Excelências não retiraremos o Projeto enquanto o Governador não enviar a Mensagem. Se ele enviar a Mensagem a esta Casa concedendo o reajuste mensal, eu abro mão, como abri mão da autoria do ensino público e gratuito neste Estado nas universidades, do reajuste mensal para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o PT. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem dúvida nenhuma, este é um momento importante na vida política do País e, como já afirmei nesta tribuna, não existe muro - os muros que existiam estão caindo.

Então, neste momento todos nós, cidadãos comuns, representantes políticos, membros de partidos, lideranças populares, lideranças sindicais, estão questionando a se definir: querem Collor de Mello, ou querem Lula e a Frente Brasil Popular.

Deixo claro e quero congratular e solidarizar com as preocupações, inclusive com as críticas pronunciadas nesta tribuna pelo Líder do PSDB, aparteadas pelo Deputado Algaci Túlio, porque nós não estamos ainda acostumados com o momento novo. O momento em que a gente tem que falar, tem que criticar, que a gente tem que debater os problemas nacionais e tirar soluções, tirar conclusões porque o futuro nos espera, e o futuro do nosso Estado, o futuro do País depende de nós. Se o PT fosse

igual ao PSDB, se o PSDB fosse igual ao PDT, se o PDT fosse igual ao PMDB, certamente nós não estaríamos debatendo; estaríamos todos juntos no mesmo partido remando no mesmo barco.

Então, nós do partido dos Trabalhadores compreendemos as diferenças que existem, apesar de que compreendemos também que os pontos em comum que existem são muito mais importantes do que as diferenças; porque os pontos em comum que existem entre os partidos ou forças progressistas que compõem parte de partidos, somados todos, teremos um futuro brilhante para a maioria do povo brasileiro que teve um passado negro, um passado triste, um passado desaconselhável.

Quero dizer aos nobres Pares que compõem este Parlamento que esta semana foi uma semana muito rica de rede de intrigas, ou provocadas pela imprensa, ou provocados por aqueles que têm interesses singulares. Foi dito na imprensa que o Partido dos Trabalhadores emitiu nota. Nenhuma nota do Partido dos Trabalhadores do Paraná foi emitida. O que saiu foram alguns depoimentos de vereador, de militante, de filiado e até do Presidente do nosso partido, e eu dei o meu parecer, a minha opinião. Mas, amanhã nós teremos publicada na imprensa uma nota oficial subscrita pela Executiva do Partido dos Trabalhadores no Paraná, que não é diferente da nota oficial decidida em documento resultante do "Encontro Nacional Ampliado", ocorrido quinta e sexta feiras na cidade de São Paulo.

Esta nota nós queremos que ela seja questionada nos seus termos. Porque, a partir dela, estamos discutindo a posição oficial do Partido dos Trabalhadores. Apesar de que, o Deputado Líder do PSDB há poucos instantes, já deixava bem claro: a dúvida que ainda paira no seu partido sobre a possibilidade de aliança para compor um futuro governo democrático e popular, ou, um simples apoio, apoio escolhendo o melhor caminho para o futuro do País sem um compromisso explícito em fazer parte do futuro governo.

Certamente a posição do nosso partido é a posição nossa: queremos o PDT, o PSDB, fazendo parte, se comprometendo com o futuro governo democrático e popular. Mas, nós respeitamos, obviamente, as instâncias partidárias como nós queremos que o partido também seja respeitado.

Então, louvamos essa discussão porque ela faz parte do momento novo que a democracia exige. E digo mais, nesta semana, na sexta-feira o Lula estará no Paraná, estará no Paraná não para um comício, estará aqui para debater com grande parte da sociedade paranaense um tema específico que faz parte do programa de governo da



Frente Brasil Popular. Ele estará na cidade de Turvo, uma região de pequenos produtores, discutindo com representação de todo o Estado, de pequenos produtores e trabalhadores rurais do Paraná, debatendo as responsabilidades, os compromissos e as propostas do futuro governo da Frente Brasil Popular, qual a importância que terão os pequenos proprietários, os pequenos e médios produtores e a pequena e média produção.

Por isso, faço um apelo para que todos nos empenhamos para que lá estejamos, em Turvo, na sexta-feira de manhã, para discutirmos com Lula. Que estejam lá, de todo o Estado do Paraná, as lideranças rurais que representam os pequenos produtores e os trabalhadores rurais do Estado, porque lá eles terão oportunidade de conhecer melhor, de debater de perto, com o próprio candidato e com a sua assessoria, o que está sendo proposto para os pequenos produtores no futuro governo da Frente Brasil Popular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDS com a palavra. (DECLINA).

PFL com a palavra. (DECLINA).

PDT com a palavra o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enquanto se discute a sucessão presidencial, a nossa Assembléia Legislativa continua escondendo os atos praticados.

Estranha-se, Senhor Presidente, que a CCJ mais uma vez tenha burlado o Regimento Interno para apresentar um Parecer, na Mensagem oriunda do Poder Executivo nº 79/89, que trata da suplementação orçamentária.

Não dá para acreditar que haja necessidade de se usar expedientes escusos, porque nós que pertencemos à CCJ, a Bancada do PDT, a Bancada do PSDB sequer, foi avisada de uma reunião que poderia ter ocorrido na quinta-feira, quando estávamos em plenário discutindo, analisando e votando matérias de interesse do Estado do Paraná.

Não dá para justificar, Senhor Presidente, que a Comissão tenha apresentado parecer no mesmo dia em que recebeu a matéria, conforme consta no Projeto de Lei ora em tramitação nesta Casa. É escuro, é uma forma escura de trazer a transparência ao Poder Legislativo. E a secretária desta Comissão tem conhecimento, Senhores Deputados, que não assinamos parecer se não há a reunião para ser discutido. Por isto a secretária nem nos procura mais, só procura os Deputados que assinam sem saber o que estão assinando, sem ler o que estão assinando.

Isto é uma aberração que acontece neste Parlamento.

Quando se renova pela força do voto a democracia neste País, pratica-se a ditadura de uma Comissão que já denunciemos desta tribuna e que continua a esconder os atos deste Parlamento.

Não se deve questionar, Senhor Presidente. Não se deve denunciar, se não tem fatos comprobatórios. Não houve reunião nem da Comissão de Constituição e Justiça, nem da Comissão de Finanças, porque os Deputados estavam aqui no Plenário. No mesmo dia tramitaram as duas comissões. Até onde que a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante deste Parlamento, vai continuar a ser regida desta forma?

Dizia o Deputado Basílio Zanusso que nunca viu isto aqui na Assembléia Legislativa. É hora de se tomar alguma providência a respeito deste parecer.

Não discordamos da suplementação orçamentária. Ela é necessária. Ela precisa ser feita em função da inflação que vivemos. Não é possível. Nenhum economista do Governo prevê dados orçamentários com a inflação que ora vivemos. É preciso clareza nos atos desta Casa. É por isto que solicitamos a V.Exa., Senhor Presidente, que doravante sejam evitados atos desta natureza. Que o Parlamento fique transparente, fique democrático, fique participativo.

Os partidos de oposição foram eliminados desta reunião. Solicito de V.Exa. que tome as providências necessárias para que isto não mais ocorra.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai manter contatos com a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça a respeito do assunto do nobre Deputado Valderi Vilela.

Consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Considero o assunto que vou tratar desta tribuna de extrema gravidade. Até por ser um problema muito sério, é que a maioria dos líderes desta Assembléia Legislativa, subscreveu um requerimento.

O requerimento pede a criação de uma Comissão Especial da Assembléia Legislati-

va do Estado do Paraná para acompanhar o Projeto de Lei, politicamente, que tramita no Senado da República paraguaia.

Um Projeto de Lei Senhor Presidente, Senhores Deputados, de autoria do Senador Rodolfo Gonzales Garaveli que prevê a criação de uma faixa de Segurança Nacional numa extensão de 100 Km por todas as fronteiras do Paraguai.

Esse Projeto de Lei é muito mais agravante Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque anula o direito de propriedade de todos os estrangeiros que lá estão e possuem terras.

Esse Projeto de Lei Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi apresentado ao Plenário do Senado da República paraguaia e distribuído à Comissão de Relação Exterior, a qual deu parecer favorável ao mérito do projeto. Portanto, a situação no nosso entendimento agrava-se ainda mais. A preocupação, me parece que não é só nossa; não é só deste Parlamento, mas também é da imprensa brasileira que vem noticiando nos últimos dias no que pode se transformar esse Projeto de Lei. Inclusive, ontem a "Rede Globo de Televisão", no programa "Fantástico", denuncia esse Projeto como um Projeto de extrema gravidade para os interesses dos brasileiros que vivem no Paraguai.

É nós que conhecemos aquela região sabemos que absoluta maioria de brasileiros que lá vivem são pequenos e médios proprietários rurais, que têm naquela propriedade, não mais do que a propriedade familiar e de subsistência. E esse Projeto prevê Senhor Presidente, Senhores Deputados, se aprovado, que num prazo de 2 a 3 anos todos os proprietários, não paraguaios devem fazer a doação das propriedades ao Governo Federal da República Paraguai.

É por isso Senhor Presidente, que pedimos a criação dessa comissão para tentarmos argumentar junto às autoridades paraguaias e brasileiras da inconveniência desse Projeto e da aprovação desse Projeto. Porque, se aprovado, sem dúvida nenhuma irá causar uma crise social e, muito mais do que social, uma crise política dentro da República Paraguai e na relação do Brasil com o Paraguai. Porque, como todos sabem, o Brasil abriu as suas fronteiras aos interesses econômicos, políticos e até sociais das gentes paraguaias, dando a eles total liberdade de trânsito em território brasileiro e, principalmente, paranaense, abrindo o Porto de Paranaguá; abrindo a fronteira através do Oeste do Paraná. Enfim, Senhor Presidente, as relações que o Brasil mantém com o Paraguai são as mais democráticas e as mais complacentes, até com os desvios cometidos pelas elites econômicas e políticas do Paraguai.

Mas, com toda essa tolerância, nós vemos a resposta que estamos tendo a partir do Poder Legislativo daquele País.

Nós não queremos acreditar que a maioria do Parlamento paraguaio esteja sensível a esse Projeto de Lei, porque, senão nós temos que acreditar que eles estão querendo o confronto das relações políticas com o Brasil. E tenho certeza que não é do interesse da maioria daquele povo este tipo de relação.

Por isso pedimos a aprovação deste requerimento e a imediata indicação dos membros das 5 bancadas majoritárias numericamente neste Parlamento e, que possamos realizar a primeira reunião brevemente porque a Comissão prevê um prazo de 30 dias para a sua existência.

Nós pedimos, portanto, aos Parlamentares que compõem o Poder Legislativo, a aprovação e indicação dos membros desta Comissão.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Havendo declinado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoio dos Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando seja prorrogado por mais dois (02) dias para a entrega de emendas ao Projeto de Lei nº 257/89, que trata do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1990. - **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente. Existe um acordo entre algumas Lideranças, me parece, não todas, para que este prazo seja de 48 horas, inclusive com a Liderança do PSDB.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu desconhecia o requerimento do Deputado José Rogério, que pede três dias, então seriam terça, quarta e quinta-feira. O entendimento foi feito com o ilustre Deputado Líder Artagão, com o Deputado Valderi, Líder do PDT, para que este prazo fosse até quarta-feira.

Então, nobre Deputado José Rogério, o prazo seria então, ao invés de 3 dias, 72 horas e sim 48 horas. Eu consulto se Vossa Excelência concorda em modificar o requerimento para 48 horas para que possamos aprová-lo.

O Deputado José Rogério concorda, nobre Presidente, nobres Líderes, então me parece que não há porque não aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado com a alteração sugerida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei n° 317 a 320/89, bem como para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Resolução n° 68/89 e 70/89, bem como ao Projeto de Lei n° 343/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 305/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Barbara, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Resolução n° 42/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 81/89), dispõe que aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMIS-

SÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando para que as emendas do Projeto de Lei n° 317/89, sejam transformadas em sugestão ao Chefe do Poder Executivo. - Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) Sr. Presidente, este projeto que acabamos de aprovar fala ainda em 300 cruzados novos, mas há ainda uma Mensagem Aditiva para 420.

Como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em decorrência da aprovação do requerimento do Deputado Raul Lopes, passa-se à Preferência, está aprovada a sugestão com a emenda substitutiva geral.

3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n° 318/89.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, este Projeto n° 317, tem a emenda da Polícia Civil?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esta emenda do Deputado Algaci Túlio, nós faríamos ao Deputado e ao Plenário uma sugestão, que da mesma forma que a emenda do Deputado Raul Lopes, ela fosse transformada em sugestão ao Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então fica como sugestão e será encaminhada como tal.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos servidores auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. - Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mas há uma emenda de minha autoria que estende este benefício ao Magistério.

- O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - É matéria vencida, Sr. Presidente.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não é matéria vencida não, porque a Emenda está lá.
- O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas Vossa Excelência já votou o 318.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Inclusive para esclarecimento da Mesa, essa emenda já foi aprovada na sessão anterior.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem uma emenda aprovada em 3.ª Discussão.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É necessário aprová-la novamente ou já se considera aprovada?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É necessário mais uma votação.  
Vossa Excelência quer a votação?
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Veja, a questão dessa emenda, ela se difere um pouco.  
Sr. Presidente, eu entendo que sendo aprovado o projeto, a Emenda também já foi aprovada.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda tem que passar em duas discussões.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas se o projeto foi aprovado, nobre Presidente, e a emenda também...
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se a emenda de Vossa Excelência for aprovada o projeto irá à Quarta Discussão.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então o projeto vai ser votado em Quarta Discussão também?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda aprovada em Terceira, aí o Projeto irá à Quarta Discussão.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Bom, Sr. Presidente, esta emenda trata de estender esse benefício ao Magistério. E eu estou me fundamentando pura e simplesmente na lei, no Estatuto do Magistério, que assim o determina.  
A Emenda, portanto, reforça um dispositivo de lei que diz que todos os benefícios, os aumentos concedidos ao funcionalismo público se estendem ao Magistério.  
Para evitar dúvida quanto à aplicabilidade do artigo 62, § 1º, é que nós apresentamos essa emenda. Então, entendo eu que nós estamos apenas reforçando aquilo que está na lei, no Estatuto do magistério, e para evitar questionamentos, demandas, discussões, é que apresentamos essa emenda que já foi aprovada e entendo eu que está incorporada ao projeto na última sessão da semana passada.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.  
Os Srs. Deputados que aprovam a emenda já aprovada em Terceira Discussão, de autoria do Deputado Nereu Massignan, queiram conservar-se como estão. - Rejeitada.
- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser procedida.
- O SR. PEDRO TONELLI - Chamada nominal, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está na fase de votação, de verificação de votação.
- O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro chamada nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a verificação de votação, Vossa Excelência será atendido.  
Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.  
16 Srs. Deputados aprovam a emenda. Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 17 votos pela rejeição. Rejeitada.  
Substitutivo Geral do Ministério Público. Em votação. **Aprovado.**  
Tribunal de Justiça. Emenda ao Substitutivo Geral. Em votação. **Aprovada.**  
Tribunal de Contas - Emenda Substitutiva. Em votação. - **Aprovada.**  
Assembléia - Em votação. **Aprovado.**
- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. - **Aprovado o projeto, na forma do Substitutivo Geral.**
- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PA-

RECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. - Aprovado o projeto, na forma da Emenda Substitutiva.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. - Aprovado o projeto, na forma do Substitutivo Geral.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 68/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 70/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 79/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 98, de 07.11.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 343/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 079/89, o plano de lei em tela visa autorizar o poder Executivo abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 8905, de 05 de dezembro de 1988, e ampliados pela Lei n° 9059, de 17 de agosto de 1989, relativos à administração direta e indireta, conforme específica.

Pela justificativa governamental apresentada e que acompanha a presente proposta, temos que a necessidade da mesma decorre principalmente da aceleração do processo inflacionário que, ao elevar nominalmente os valores, vem a suscitar uma rápida exaustão dos limites autorizados nos artigos supracitados, pois a taxa inflacionária utilizada nas projeções para que se defina os valores orçamentários, vem a se situar em torno de 30% ao mês.

Tendo-se em vista a expectativa da no-

va realidade inflacionária, posicionamento na casa dos 40% ao mês e considerando-se a política salarial a ser ministrada pelo Governo Estadual com o reajuste de 85% a partir do mês de novembro para a administração direta e autárquica, e reajuste mensal de 40% ao mês para as entidades da administração indireta, e levando-se em consideração que a taxa inflacionária acumulada nos períodos de junho/88 a junho/89 alcançou 1.171,86%, ficando bem acima da taxa embutida na lei orçamentária atual que é de 646%, e que de outubro a novembro deste ano, com a inflação na casa dos 40%, haveria uma taxa acumulada adicional de 177,4%, tornando assim inevitável a elevação dos limites de alteração orçamentária.

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, vem a fazê-lo, pronunciando-se favoravelmente, pela presente proposta, dados os motivos acima expostos e a inexistência de óbices que possam prejudicar o trâmite normal da mesma por esta Colenda Casa.

Nestas condições o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 343/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 343/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 79/89, o plano de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 8905, de 05 de dezembro de 1988, e ampliados pela Lei n° 9059, de 17 de agosto de 1989, relativos à administração direta e indireta, conforme específica.

Pela justificativa governamental apresentada e que acompanha a presente proposta, temos que a necessidade da mesma decorre principalmente da aceleração do processo inflacionário que este mês espera-se o seu posicionamento na casa dos 40%, elevando nominalmente os valores, acarretando assim a rápida exaustão dos limites autorizados nos artigos supracitados, uma vez que a taxa inflacionária utilizada nas posições para a definição dos valores orçamentários vem a se situar em torno de 30% ao mês.

Cabe aqui considerar que a taxa inflacionária acumulada nos períodos de junho/88 a junho/89 veio a alcançar 1.171,86%, ficando bem acima da taxa embutida na Lei Orçamentária atual, que é de 646% ao mês, haverá uma taxa acumulada adicional de 177,4%, tornando assim inevi-

tável a elevação dos limites de alteração orçamentária.

Nestas condições esta douta Comissão de Finanças chamada a opinar vem a se pronunciar favorável, referendando o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, pronunciando-se favoravelmente pela presente proposta, dado os motivos acima expostos.

Assim sendo, oferecemos parecer Favorável, sendo pois pela aprovação do Projeto de Lei nº 343/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
- Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra para encaminhar a votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos discutindo o Projeto de Lei nº 343/89, do Poder Executivo, que autoriza-o a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado.

Muito bem! É estranho, Srs. Deputados, que o projeto ora em discussão tenha recebido trâmite tão rápido. A mensagem foi recebida nesta Casa no dia primeiro de novembro de 1989 e no dia 23 de novembro houve uma reunião da C.C.J., que não tem valor.

Agora há pouco nós acabamos de ver rejeitada uma esmola ao Magistério, de 300 cruzados, esmola que já foi concedida ao funcionalismo público, e infelizmente a emenda de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e de minha autoria, por um voto, já tendo sido aprovada e no nosso entendimento incorporado ao projeto já aprovado, hoje, através de uma manobra do PMDB, com o auxílio de um integrante da Bancada do PFL, vimos aqui derrotadas as pretensões e também extinto o FMB, vimos aqui derrotada a proposta de esmola ao Magistério.

Bem dizia o Senador Mário Covas, lá em Francisco Beltrão: "Que Magistério não é sacerdócio". Esse é o discurso dos omissores com a educação. Magistério é profissão, e como tal tem que ser tratada com dignidade.

A Bancada do PMDB, nessa concepção de sacerdócio, vai divulgando por aí que o professor é o sacerdote da educação e com isso justifica os arrochos salariais nesses momentos de inflação de 40% ao mês, mas quando se trata de conceder verbas, de ampliar orçamentos, de fazer rapidamente as coisas para atender a Mensagem do Executivo, as coisas andam com muita facilidade,

parece a Ferro-Oeste construída com os trilhos já engrachados, essa locomotiva que anda pelos trilhos da Ferro-Oeste, que também só está na propaganda, mas vamos imaginar que ela estivesse pronta, sai lá de Cascavel nos trilhos engrachados e chega em Curitiba em pouco mais de meia hora.

É, estamos realmente vendo dois pesos e duas medidas. Quero questionar este parecer, Sr. Presidente, o Presidente da C.C.J., está abusando do poder que detém como Presidente ao fazer uma reunião da C.C.J. no dia 23 de novembro de 1989, não sei a que horas, porque sou titular da Comissão e não recebi convocação para lá comparecer.

Assim, como já dizia aqui o Deputado Valderi Vilela, questionando a validade, que também é titular da C.C.J., desconhecia a convocação, e o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos oito Deputados que assinaram o Parecer, apenas dois são titulares; os demais são suplentes: David Cheriegate, Sabino Campos, Eduardo Baggio, Artagão Mattos Leão, José Felinto e Amélia Bruschka, suplentes.

Ora, às Comissões evidentemente que ao suplente é dado o direito de participar da sessão e votar, desde que ausente o titular, mas a ausência do titular implica na convocação do titular, e isto não aconteceu, se houve convocação do titular não pode haver convocação de suplente, e conseqüentemente esse parecer é nulo, razão porque esse projeto não pode ser votado hoje. Não há parecer.

Se há tanto interesse no encaminhamento do projeto, Senhor Presidente, a medida mais correta e não nos opomos a isto, seria transformar o Plenário da Assembléia em Comissão Geral, já que há urgência, já que há necessidade de adequação do orçamento. Jamais escamotear o Regimento, jamais violá-lo, jamais fazer uma confissão pública de que está se manobrando através dos titulares para evitar a composição da C.C.J. com elementos integrantes da Oposição.

Eu pondero a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que considere estes fatos, que na minha concepção são graves e desconsidero o Parecer da C.C.J., assumindo a Bancada do PSDB o compromisso de votar favoravelmente à transformação da Assembléia, do Plenário, em Comissão Geral, para apreciar este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão.

A Mesa comunica ao Sr. Deputado Nereu Massignan que não pode negar a autenticidade das assinaturas, mesmo dos suplentes.

Então, para não votar o projeto hoje, retiro da Ordem do Dia até que as Lideranças se entendam.

- O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - De acordo com Vossa Excelência. Obrigado.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.  
Aprovado em Primeira Discussão e retirado da Ordem do Dia.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 42/89, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iguaraçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ÂNGULO. - **Aprovado.**
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente, pela variação do I.P.C., os vencimentos dos servidores públicos do Estado. Com **PARECER FAVORÁVEL** da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Para discutir.
- O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Para discutir, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em fase de votação.  
Para encaminhamento de votação.
- O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Então, para encaminhamento de votação.
- O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Questão de Ordem) - Parece-me que a esse projeto que vai entrar em votação, existe um requerimento de minha autoria, aprovado, que a votação terá que ser nominal.
- O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa procederá à votação nominal.
- O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Quero acreditar na sensibilidade dos Deputados do Governo. E acredito que hoje nós daremos uma satisfação aos servidores públicos do Estado do Paraná, já que nesse momento é clara a intenção do PMDB de votar nesta matéria.  
Antes de pedirmos para discutir ou para encaminharmos a votação, o Líder do PMDB ameaçou com voto contrário e o voto da sua Bancada.  
Temos na Bancada do PMDB, meu caro Deputado Artagão Mattos Leão, o Deputado Luciano Pizzatto, que assumiu um compromisso com o funcionalismo público do Estado do Paraná e que vai votar com esse funcionário público.  
Temos o Deputado Neivo Beraldin, que

assumiu um compromisso também com os funcionários públicos deste Estado e com certeza votará favoravelmente ao nosso projeto, e tantos outros Deputados, Acir Mezzadri, almoçamos juntos alguns dias atrás, e ele nos dizia da importância da valorização desses funcionários públicos.

Eu acredito na sensibilidade e no discernimento de vários Deputados do PMDB, e sei que eles votarão de acordo com suas consciências e nós teremos aprovado o reajuste mensal para os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Este é o momento, a hora é agora.

As oposições coesas, com uma voz unânime, dirão sim à dignidade dos salários dos funcionários públicos, não tenho dúvida. Vamos juntos, Srs. Deputados, votar este projeto. Não vamos esvaziar o plenário, vamos votar autorizando o Governador Álvaro Dias a conceder o reajuste mensal aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Temos um requerimento, nobre Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, requerimento do nobre Deputado da bancada do PSDB, Dr. Nelson Vasconcellos, que pede a votação nominal. O Paraná saberá dos Deputados que votam a favor ou votam contra o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Este é o momento da decisão. Respeitarei a decisão do Plenário, mas peço aos Srs. Deputados do PMDB, que votem favoravelmente ao reajuste mensal dos funcionários públicos do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal para votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto do Deputado Lindolfo Júnior, dirão sim, e os que rejeitam, dirão não.

O Sr. 1° Secretário procederá à chamada nominal para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência poderia repetir a manifestação do voto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que disserem não, votarão contra o projeto, e os que disserem sim, votarão pelo projeto.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário, que aguardem nas laterais.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Declaração de voto, Sr. Presidente.

Entendemos que o projeto do Deputado



Lindolfo Júnior em nada ajuda os servidores públicos do Paraná, porque trata-se de um projeto meramente autorizatório, e a Constituição do Estado e tantas outras leis que no passado tínhamos votado, e hoje evidentemente já não estão mais em vigor, todas elas davam ao Poder Executivo, ao Governador, esta autorização, esta autorização expressa.

A Constituição que promulgamos há menos de dois meses atrás, dá, não só esta autorização, mas esta privacidade ao Governador, de ter a iniciativa de aumentos, criação de cargos, etc, no que diz respeito aos funcionários do Poder Público, do Poder Executivo.

Por entender totalmente inócua e por não querer fazer de bobos os servidores públicos e por não passarmos por bobos neste momento, voto contra o projeto do Deputado Lindolfo Júnior.

Voto não, portanto.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Por ser um projeto demagógico, eu voto não.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Declaração de voto.

Sr. Presidente, eu faço questão de ressaltar, na hora de votar, que o Regimento Interno, talvez, a ser votado nesta Casa, devia cuidar exatamente de projetos desta natureza.

Escamotear a constitucionalidade da origem legislativa não serve em nada para valorizar o Poder Legislativo. Muito pelo contrário, até para gerar uma situação de dificuldade ao posicionamento dos Parlamentares ao votar.

Todos nós, a Bancada do PMDB, a bancada dos demais Partidos, eu tenho certeza absoluta que todos têm uma preocupação com a defasagem que atinge os salários em geral, no Brasil.

No entanto, o art. 66, § 1º da Constituição, votada nesta Casa recentemente, atribui como competência exclusiva do Executivo a criação de cargos e a remuneração de servidores.

O Deputado autor do projeto, tenta superar o art. 66, criando um projeto autorizatório.

Ora, autorização para aumentar, o Executivo já tem, ele não necessita. Em nada está se acrescentando a vontade ou não do Executivo. Não existe nada que impeça o Executivo de dar pelo INPC, enviar uma mensagem dando pelo INPC ou enviar uma mensagem dando 100% ou 140%. O que nós estamos votando hoje aqui?

Uma autorização que o Executivo já tem. De modo que estamos criando no próprio servidor público, e eu ouvi isto muitas vezes, visitando o interior, a falsa expectativa de que a Assembléia está votando uma lei determinando que as corre-

ções sejam mensais, quando na verdade o projeto apenas chove no molhado, autoriza uma autorização que o Executivo, de pleno, constitucionalmente já tem.

Então, acho que não se pode fazer isso. Quando se fala em fazer política séria, faça-se política séria! Que o Legislativo faça as leis de competência do Legislativo, para que elas sejam aprovadas e sancionadas passem a ser leis e não apenas um projeto autorizatório, quando esta autorização o Executivo possui.

Ademais, todos nós sabemos que o dissídio é no mês de janeiro para os servidores e que há a intenção. E nós continuaremos batalhando por ela, para que haja um zeramento na defasagem do servidor público neste instante do dissídio coletivo.

Então, votando com o servidor, lutando pelo servidor, entendendo a defasagem, mas para que esta Casa não se transforme na votação mera e simplesmente de autorizações desnecessárias, o meu voto é não.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Declaração de voto.

Sr. Presidente, apenas gostaria de lembrar ao ilustre Deputado Caíto Quintana que ele de forma inequívoca diz que o Governador já está autorizado.

Ora, ele acaba de confessar aqui do meu lado, que sabe que isto faz parte do jogo, que sabe que foi revogado o aumento, de acordo com a mensagem do Deputado Hermas Brandão.

Então, Sr. Presidente, nobres Deputados, não existe autorização nenhuma, ele se quiser proceder a reajustes mensais deverá enviar uma mensagem à Assembléia e esta Assembléia, numa posição de vanguarda, deveria sim, já de antemão, autorizar o Governador Álvaro Dias para que ele remetesse, enviasse à Assembléia, uma mensagem concedendo reajuste mensal.

Eu voto com a minha consciência como sempre votei neste Parlamento.

Voto sim.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Declaração de voto.

Sr. Presidente, acho que o Deputado Lindolfo Júnior me fez rever a minha posição, porque nós assumimos um compromisso frente ao funcionalismo, mas não uma declaração de voto.

Eu acho que a posição que está sendo colocada aqui é inequívoca. Quando nossos colegas de bancada se retiraram na semana passada, por uma coerência com o compromisso que eu tive com os Deputados Lindolfo, Tonelli, o nosso Líder do PSDB, eu disse que ficaria neste plenário para votar sim ou não, mas que eu ficaria e naquele dia eu votei apoiando o projeto do Deputado Lindolfo Júnior, para que ele fi-

casasse aqui em plenário para votação.

Isto não pode ser confundido com o processo de votação, e muito menos no nosso nível de conversação que tem que existir entre Deputados.

Também deixar bem claro que o requerimento que seria apresentado pelo Deputado Tonelli, teria muito mais validade, porque era solicitar ao Governador do Estado que tomasse esta medida, enquanto que o projeto de lei que o Deputado Lindolfo Júnior está votando, está se tornando lamentavelmente um instrumento eleitoral que não pode contar com o nosso apoio.

Desta forma, o meu voto agora é não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Termina de proceder à votação nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 18 Srs. Deputados votaram não; 15 votaram sim. Está rejeitado o projeto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela ordem) - Sr. Presidente, gostaria apenas de lamentar profundamente, que dois companheiros de bancada oposicionista nesta Casa, votaram contra o projeto, e com o voto deles, teríamos a aprovação desse projeto, e infelizmente os Deputados Basílio Zanusso e João Arruda, meus amigos, votaram contra o projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ABORGHETTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada, em definitivo, do projeto de lei de minha autoria, número 190/87, que cria o atendimento pelo Estado do Paraná, de Assistência Jurídica. Sabe por quê?

Eu quero em definitivo arquivar este projeto, porque entrei com uma emenda substitutiva e analisando melhor com alguns companheiros juristas aqui da Capital, vamos transformar a emenda sim, num projeto, porque esta emenda... porque o Projeto nº 190, de minha autoria, não cria só o atendimento pelo Estado do Paraná de assistência jurídica.

Então, o projeto ficou meio truncado, Sr. Presidente. Eu estou criando no Estado do Paraná, aliás, com apoio de todos os Srs. Deputados, o atendimento pelo Estado do Paraná, de assistência jurídica, social e psicológica junto às Delegacias de Polícia do Estado.

Então a emenda que foi preparada, que eu ia dar entrada hoje, uma emenda definitiva, uma emenda substitutiva a este projeto, achei por bem arquivá-lo definitivamente e esta emenda nós vamos transformá-la, sim, num projeto criando então o cargo de psicólogo numa Delegacia de Polícia, de assistência social e de assistência jurídica, que é um sonho que não é só meu, permita-me, do Deputado Algaci Túlio, que

milita na área policial e de tantos outros companheiros repórteres que sabem porque há uma mentira deslavada no Paraná, e há uma mentira deslavada em termos de Brasil, porque neste exato momento está em meu gabinete um homem que saiu da penitenciária, condenado há 14 anos, Sr. Presidente. Sabe pedindo o quê? Pedindo dinheiro, passagem para ir embora para Umuarama, porque ele não tem, porque não deram a ele, porque falam muito neste Estado que o preso precisa ser recuperado, precisa ser atendido, mas eu duvido que alguma psicóloga, algum advogado, alguma assistente social acompanharam esse preso na sua saída da Penitenciária Central do Estado. Eu não me refiro apenas à Penitenciária Central do Estado, mas sim, a todas as penitenciárias do Brasil.

Para encerrar, Sr. Presidente.

Agora o preso está ali, sem roupa, sem dinheiro para ir à Rodoviária comprar uma passagem, não tem dinheiro para chegar à casa e levar pelo menos comida para os filhos. Então, há um engodo, há uma mentira.

Nós temos que parar de mentiras no Estado do Paraná, dizer que o sistema penitenciário está bom, que tem advogado para atender todo mundo, que tem psicóloga, que tem assistente social. Tudo isto é mentira, e uma mentira deslavada. Essa que é a grande verdade.

Por isso eu vou transformar essa minha emenda num projeto para que haja esse atendimento no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto nº 190/87, a requerimento do autor, foi retirado.

Com a palavra, o Deputado Basílio Zanusso, pela ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Apenas porque o Deputado Lindolfo Júnior, inconformado com meu voto contrário ao seu projeto, citou o meu nome e o do Deputado João Arruda, censurando nossos votos contrários ao seu projeto, e eu sequer fiz declaração de voto da forma que vários Deputados fizeram, deixei de fazê-lo.

Mas eu não podia calar-me ante à citação do meu nome pelo Deputado Lindolfo Júnior. Sua Excelência o Deputado Lindolfo Júnior encaminhou e discutiu esse projeto por mais de seis meses, inconstitucional, que é de iniciativa válida do Sr. Governador do Estado.

Quem é que não sabe que os funcionários públicos e todos aqueles que trabalham, dos assalariados em geral, têm os seus vencimentos, seus rendimentos, seus salários arrebatados, achatados, diminuídos pela inflação? Qualquer cidadão brasileiro sabe disso.

O competente para estabelecer valores

e saber quanto pode pagar é o Sr. Governador do Estado. O Legislativo não tem, não sabe quanto se arrecada, quanto se gasta, quantos funcionários nós temos!

E o meu voto não pode servir para atos demagógicos aqui, a todo instante, Sr. Presidente. Tenho aqui alguns mandatos a respeitar e votei, há pouco, contra a emenda que estendia benefícios aos professores. Não votei contra professor, eu não sou idiota, porque é um tratamento especial do Governo, do Executivo, com os Srs. professores, da mesma forma que há com os militares.

E o Sr. Lindolfo Júnior diz que estranhou o meu voto e o do colega João Arruda, quando nós o elegemos 2º Secretário da Casa, quando Sua Excelência chegava aqui, a minha palavra não foi ouvida, porque deixei de proferir o meu espanto quando Sua Excelência abandonou a todos nós. E eu, na condição de Líder do PFL, de então, empenhei-me junto à bancada, para que cumpríssemos o compromisso com a Bancada Majoritária, na ocasião, para que elegêssemos a Comissão Executiva e com ela o Sr. Lindolfo Júnior.

Primeiro mandato, jovem de Maringá, que nos traiu, e até hoje não explicou, saindo do partido, abandonando, deixando a Segunda Secretaria à margem e à distância do nosso Partido.

Faço agora, Sr. Presidente, porque citado pelo Deputado maldosamente, para dizer que o meu voto não é Sua Excelência o Deputado Lindolfo que vai censurá-lo, como o do Deputado João Arruda, conhecido no Paraná pela sua honradez, dignidade e seriedade. Adultos e responsáveis, sabemos perfeitamente quando votamos sim ou não, e os motivos básicos fundamentais foram aqui explicitados.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Dirceu Manfrinato tem a palavra, pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, quero neste momento ser solidário ao Deputado Basílio Zanusso e ao Deputado João Arruda, e complementando, aos Deputados Luciano Pizzatto e Neivo Beraldin.

Já declarei aqui a questão da nossa posição ao projeto do Deputado Lindolfo Júnior, que se trata de um projeto puramente demagógico. E eu acho que, se não teve a felicidade de passar este projeto por este plenário, uma vez que se tivesse acontecido aqui, seria vetado pelo Governador do Estado, entendo que tem que haver neste Parlamento aquilo que se chama ética. A ética de um Parlamentar é, acima de

tudo, um respeito da posição de qualquer Deputado, sem cores partidárias.

Aqui sentimos que o Deputado Lindolfo Júnior, indiretamente, agrediu dois Deputados do PMDB, já se colocando à frente e dizendo a posição do voto dos Deputados do PMDB. Mais uma vez o projeto dele falhou, e mais uma vez falhou a sua posição antecipada.

Quero pedir ao Deputado Lindolfo Júnior para que haja um bom entrosamento de Vossa Excelência e os Srs. Deputados, porque senão vai chegar num ponto que vamos ter que solicitar à Presidência e à Mesa Executiva, que crie uma parte totalmente separada para Vossa Excelência, porque Vossa Excelência vai conseguir angariar a antipatia de todos os Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que acresce parágrafos e itens à Lei nº 1211, de 16 de setembro de 1953. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., e C.F.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Inscrevo-me em Explicações Pessoais.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JOSÉ AROLDO GALLASSINI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA DARIO VELLOSO - APM, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 49/89, (Mensagem nº 62/89, ex-Proposição nº 54/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos e de Revigoração de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às Agências de Rendas do Estado, nas datas em que especifica. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/89, (Mensagem n° 61/89, ex-Proposição n° 53/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, extingue a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco (05) sessões, do Projeto de Lei n° 298/89. - **Aprovado.**

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por cinco sessões o Projeto de Lei n° 298/89.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede a Alaíde Maria Brígido, pensão mensal conforme especifica. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n° 2636, 2593, 2594 e 2648, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2655, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2644, 2610, 2611, 2645, 2646 e 2612, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2653 e 2683, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2602, 2604, 2605, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2598, 2599, de

autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2626 e 2647, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2633 e 2617, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente de sessão anterior. - **Prejudicados.**

Requerimentos de n°s 2690 e 2691, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2634, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2659, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2677, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2637, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2621, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior. - **Prejudicado.**

Requerimento de n° 2631, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2688 e 2689, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2618, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos de n°s 2619, 2620, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2672, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem)- Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de n° 2671, 2670, 2669, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2606, 2607, 2608, 2609, de autoria do Sr. Deputado Namiir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2597, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2682, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, com apoio dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Orlando Pessuti, José Rogério Carvalho e David Cheriegate, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2678, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2641, 2642 e 2643, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2660, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Orlando Pessuti, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2661, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2663, 2664, 2665, 2666 e 2662, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2673 e 2674, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2687, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2638, 2639 e 2640, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2657, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2684, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2668, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, com

apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Werner Wanderer, Artagão Mattos Leão e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Nós consultamos se Vossa Excelência determinou a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 185/89?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será incluído na Ordem do Dia de quarta-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Em agradeço.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria, estou inscrito para falar em Explicações Pessoais, gostaria de, evidentemente que os Deputados estão se retirando um a um, gostaria que constasse em Ata isso, e saber se poderei ou não falar, já que eles estarão, de uma forma ou de outra, ouvindo o que a gente tem para dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao nobre Deputado que a Assembléia só poderá funcionar com, no mínimo 18 Srs. Deputados, parece que não acontece isso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Certo. Dessa forma nós não poderemos então falar em Explicações Pessoais.

O que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, além e entre tantas coisas é que eu não consigo conceber e aceitar que qualquer membro da Bancada do PMDB venha a dizer que Vossa Excelência é traidor.

Eu não aceito esse tipo de insinuação. Quando eu mudei do PFL, Vossa Excelência mudou porque está ao lado do povo do Paraná, e eu quero parabenizar Vossa Excelência neste momento, por ter saído da bancada que espoliou e que acabou com este País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, às 14:30 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 317 a 320/89, e do Projeto de Resolução n° 67/89.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 68 e 70/89.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/89.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 297/89, dos Projetos de Lei n°s 284 e 347/89, e do Projeto de Resolução n° 69/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DE-  
PUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA  
27 DE NOVEMBRO DE 1989.

OFÍCIO N° 282/89

Irati, 05 de outubro de 1989.

Senhor Deputado.

A direção da Fundação Faculdade de

Educação, Ciências e Letras de Irati, cor-  
po docente, funcionários, acadêmicos, co-  
munidade de Irati e toda microrregião, vem  
mui respeitosamente a Vossa Excelência,  
agradecer pelo apoio que nos destes em  
prol da estadualização de nossa faculdade.

Na oportunidade, renovamos nossos pro-  
testos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) MÁRIO HUMBERTO MENON

Diretor Técnico-Pedagógico

MARIA ROZA ZANON DE ALMEIDA

Diretora Administrativo-Financeira

Excelentíssimo Senhor

LINDOLFO LUIZ SILVA JÚNIOR

DD. Deputado Estadual